



# REVISTA MUNICIPAL

Ano XXIII—Números 92 e 93  
1.º e 2.º Trimestres de 1962



PUBLICAÇÃO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

C. M. L.

*NA CAPA: Lisboa — O Largo do Pelourinho, pintado pelo Tenente-Coronel Batty.*

Respostas

83  
2 A



# REVISTA MUNICIPAL

Alvito

Reg. Prnt 2

Satisfazendo o disposto no Decreto-Lei n.º 42 852, de 17 de Fevereiro de 1960, que prescreve a obrigação do cumprimento das regras de normalização das publicações periódicas, a partir deste número a Revista é apresentada com diferente formato.

Mantendo, embora, a mesma índole, aproveitou-se a oportunidade para lhe introduzir algumas modificações que permitissem melhorar o seu arranjo gráfico.



# REVISTA MUNICIPAL

*DIRECTOR*  
HENRIQUE MARTINS GOMES

*ASSISTENTE GRAFICO*  
JOSE ESPINHO

*DESENHOS DE*  
CARLOS RAFAEL  
LEONILDO DIAS  
JOSE ESPINHO

*CAPA DE*  
LEONILDO DIAS

## SUMÁRIO

*A HOMENAGEM DO FUNCIONALISMO MUNICIPAL AO  
PRESIDENTE FRANÇA BORGES, POR MOTIVO DA SUA  
PROMOÇÃO AO POSTO DE GENERAL*

*O SENADO DA CÂMARA E OS SEUS PRESIDENTES*  
FERREIRA DE ANDRADE

*OS MONUMENTOS DE LISBOA*  
QUADROS FERRO

*UM RECANTO DO PARAÍSO EM PLENO  
CORÇÃO DE LISBOA*  
JEAN PIERRE CHABLOZ

*O DIA DE PORTUGAL E AS CELEBRAÇÕES  
DE SANTO ANTÓNIO NA CIDADE DE LISBOA,  
DE INICIATIVA MUNICIPAL*

*ACONTECIMENTOS CIDADINOS*

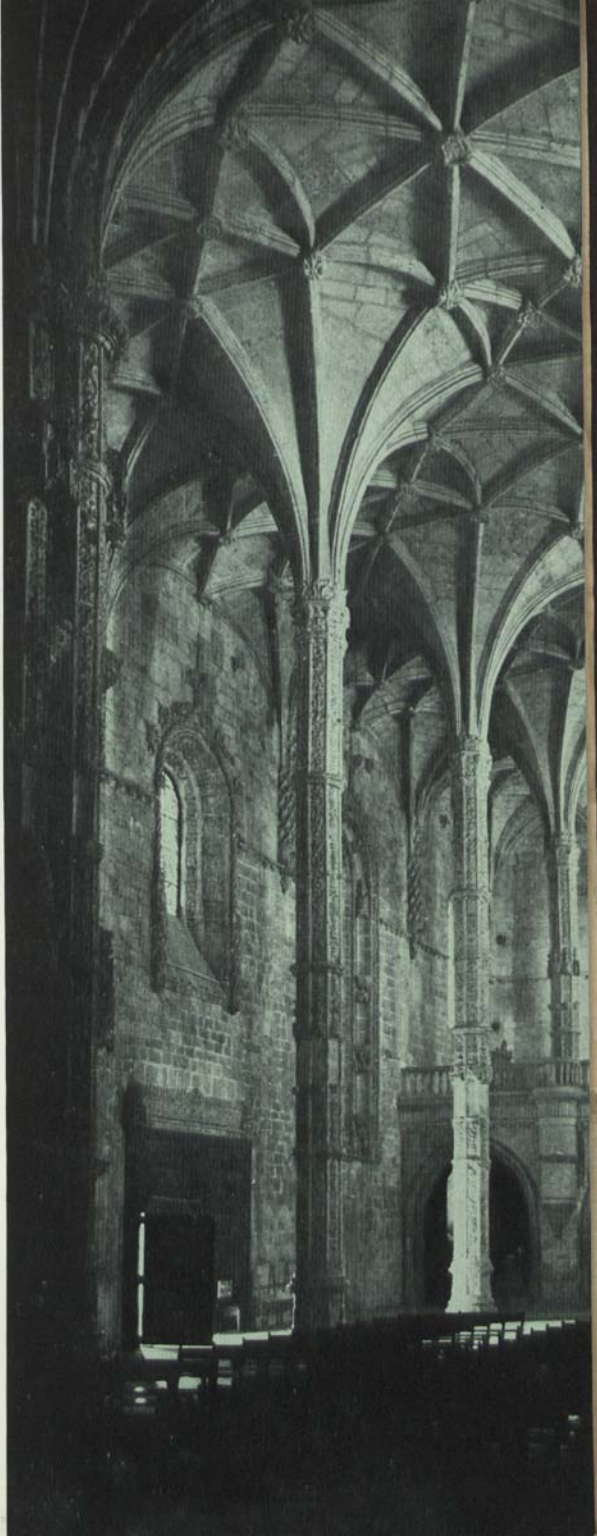
*ESCADINHAS DE LISBOA*  
COSTA GARCEZ

*O BUSTO DO CONDE DE SABUGOSA*

*AS CELEBRAÇÕES DO DIA DE S. VICENTE,  
PADROEIRO DE LISBOA*

*A EXPOSIÇÃO CAMARARIA NA FEIRA  
POPULAR DE LISBOA*

HORS-TEXTE — *CLAUSTRO DO CONVENTO DE BELÉM*





# REVISTA MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL

REVISTA  
MUNICIPAL



OS ARTIGOS PUBLICADOS  
NA «REVISTA MUNICIPAL»  
SÃO DA RESPONSABILIDADE  
DOS SEUS AUTORES

## A HOMENAGEM DO FUNCIONALISMO MUNICIPAL AO PRESIDENTE FRANÇA BORGES

POR MOTIVO DA SUA PROMOÇÃO  
AO POSTO DE GENERAL

O funcionalismo da Câmara prestou justíssima homenagem ao presidente França Borges, por motivo da promoção do ilustre oficial ao posto de general. De todos os sectores municipais foi gente ao edifício dos Paços do Concelho, para se associar a essa manifestação de simpatia ao responsável pela administração da cidade. Directores de serviços, chefes de repartição e de secção, pessoal de todas as categorias, assalariados humildes—ninguém faltou. Juntamente com o pessoal estiveram no salão nobre da «Domus Municipalis» todos os vereadores, rodeando o sr. general França Borges, e também o vice-presidente, sr. Aníbal David, como mais próximos colaboradores do presidente na obra de valorização da capital. Por isso, o testemunho de apreço pessoal resultante da promoção do ilustre oficial ao generalato teve um sentido eminentemente camarário de congratulação. As duas circunstâncias felizes conduziram ao movimento — esta é a palavra mais ajustada à cerimónia — de subido apreço pela pessoa e pela obra do sr. general França Borges. A salva



O presidente França Borges, termina os seus agradecimentos por um viva a Portugal

de palmas tributada ao distinto oficial, na altura em que deu entrada no salão nobre, acompanhado pelo vice-presidente, vereação, altos funcionários e outras individualidades, entre as quais se via o sr. dr. Pires de Lima, director-geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior — essa salva de palmas, calorosa, demorada, ficou a assinalar um dos mais expressivos momentos da homenagem. E os termos adequados do testemunho geral estiveram a cargo do dr. Henrique Martins Gomes, director dos Serviços Centrais e Culturais, que, antes de entregar ao presidente França Borges as cinco estrelas do generalato, traduziu os sentimentos de milhares de funcionários e assalariados nos seguintes termos:

*«Devo apenas à circunstância de ser tradicionalmente o titular do cargo, por mim ocupado, quem interpreta os sentimentos dos servidores municipais junto de V. Ex.<sup>a</sup> a honra de aqui me encontrar, para traduzir o regozijo por todos nós sentido pela distinção conferida a V. Ex.<sup>a</sup> — a elevação ao posto de general.»*

Ouso afirmar que a nós, convivendo com V. Ex.<sup>o</sup> dia a dia e admirando as altas qualidades do chefe inteligente, justo e generoso, empreendedor e prudente, enérgico e calmo, atento e esclarecido, austero e humano, não nos surpreendeu o apogeu da sua carreira militar, por considerarmos tal coraamento como consequência natural de uma vida esforçada, corajosamente digna, inteiramente devotada ao serviço da Pátria.

Mas nem por isso o nosso júbilo é menor — sinceramente nos congratulamos pelo reconhecimento dos altos méritos de V. Ex.<sup>o</sup> e pela justiça que lhe foi feita.

A presença de centenas de servidores municipais, do mais modesto ao mais responsável, além daqueles que não puderam aqui comparecer, mas estão espiritualmente connosco, é seguro penhor da sinceridade dos nossos sentimentos.

Sei que não consegui por esta forma tão singela e descolorida dar todo o vigor e fidelidade à nossa emoção, mas tenho plena consciência de que a culpa foi somente minha, por não poder revelar e interpretar o sentimento comum. Disso me penitencio.

Desejariamos que este alto e transcendente momento da família municipal, que todos intensamente vivemos, pudesse ser recordado e, para isso, os servidores do Município pedem licença a V. Ex.<sup>o</sup> para oferecer as estrelas do generalato,

símbolo do apogeu de tão notável carreira militar. Com esta recordação, vai todo o nosso respeito, a nossa admiração, a nossa gratidão e o mais vivo afecto».

A entrega das estrelas foi sublinhada com outra ovação entusiástica.

UM MILITAR ENCONTRA-SE SEMPRE AO DISPOR DA PÁTRIA E, ENQUANTO OUTRA MISSÃO NÃO ME FOR CONFIADA, CONTINUAREI A SERVI-LA ATRAVÉS DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA — AFIRMOU O GENERAL FRANÇA BORGES

Findas as palmas, usou da palavra o sr. general França Borges, para agradecer a gentileza de que fora alvo. E fê-lo com palavras e termos emocionados. As numerosas presenças tomava-as como testemunho de aplauso ao valor evidenciado pelo trabalho do Município, através de conjugação de esforços norteados pelos princípios de amor à Pátria e à cidade de Lisboa. E proseguiu:

«Para todos nós, o período de vida que estamos vivendo é o de preocupações, mas não deixa de ser de esforço e confiança. Não há, no entanto, disposições para actos festivos. Todavia, não posso

O Director dos Serviços Centrais e Culturais, lendo a mensagem





*impedir, apesar da mágoa e da revolta que me invadem, os cumprimentos que me querem prestar, por motivo da minha promoção. O acto fica ligado à Câmara Municipal, por com ela me ter identificado durante o exercício das funções administrativas. E não posso deixar de corresponder a este acto de cortezia e amizade, que muito me sensibiliza e penhora, pela alta consideração que me merecem os valorosos colaboradores que vim encontrar no Município ao serviço da cidade.»*

Mais adiante, o sr. general França Borges, em referência à parte do discurso do sr. dr. Martins Gomes sobre a sua carreira militar, fez o elogio do Exército, onde se aprende com os bons chefes o que se deve fazer e com os maus o que se não deve fazer. Por isso, os oficiais, nas alturas convenientes, tinham só presentes os bons exemplos, para os seguir. A vida militar era árdua: implicava convivências em que se impunha o exemplo, em que a lei só era legítima quando o chefe começava por a aplicar a si próprio.

O orador evocou os belos espíritos e as pessoas de aprimoradas formações morais que encontrou na sua carreira, estrénuos defensores da Pátria, com os quais muito aprendera, e continuou:

*«Um militar encontra-se sempre ao dispor da Pátria. Enquanto outra missão me não for confiada, procura continuar a servi-la o melhor que souber e puder, através da presidência desta Câmara Municipal.*

*Nos difíceis tempos de agora, em que todo o espírito do mal se congregou numa luta sem tréguas contra o nosso pequeno-grande País; numa época em que nações recém-nascidas têm o atrevimento e o impudor de julgar velhas nações cumpridoras dos seus deveres; nos tempos em que é permitido o roubo de territórios legítimos à mão armada, contra o qual a consciência internacional reage, porque aquilo que é roubado não pertence ao ladrão; nestes tempos em que nós, dirigentes e dirigidos, em todos os sectores de trabalho, somos postos à prova quanto à nossa educação cívica, firmeza, coragem, persistência e amor à Pátria e ao seu futuro — cada um de nós tem de estar couraçado contra o «Velbo do Restelo», contra o boato, o pessimismo e a dúvida; tem de se dedicar ainda mais e mais ao trabalho, procurando seja profícuo, consciente e útil ao*

*País. Tenho encontrado na Câmara Municipal esse espírito construtivo e corajoso a que presto homenagem.*

*Neste dia, desejo testemunhar a todos o meu reconhecimento por mais esta prova de amizade que me dispensam os funcionários da primeira Câmara Municipal do País, que em tudo deve ser a primeira, e quero afirmar-lhes que me honro de presidir aos seus destinos. A minha sensibilidade vibra com as palavras de saudação proferidas e com a oferta das estrelas do meu posto militar, que continua, como até aqui, ao serviço de Portugal.*

*Para todos os vereadores e meus amigos presentes, apresento a expressão do meu melhor agradecimento.*

A terminar:

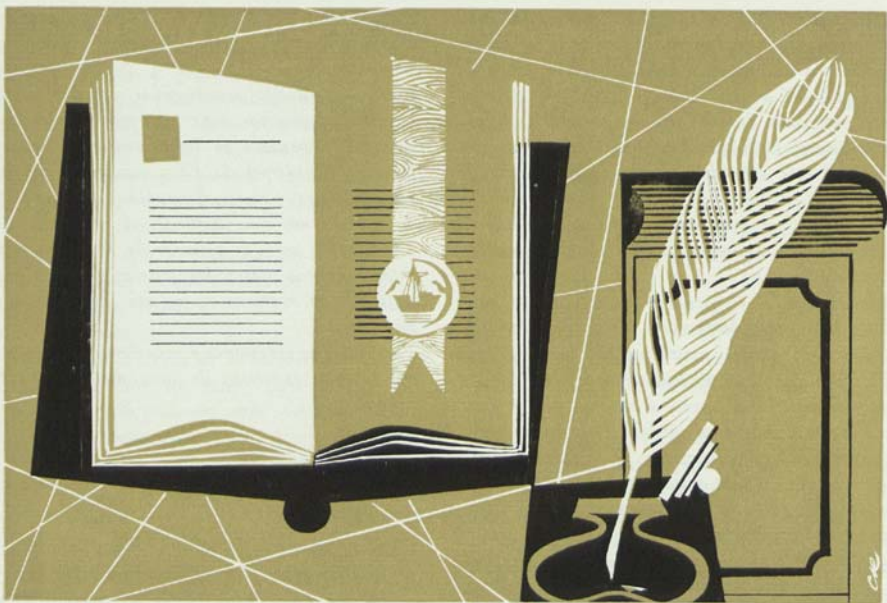
*«Que Deus me ajude a honrar os destinos que me estão confiados!»*

Outra expressiva ovação rompeu, a sublinhar as últimas palavras do sr. general França Borges. E foi por entre mais salvas de palmas, depois de ouvido o hino da cidade, que a assistência secundou os vivas erguidos pelo presidente do Município a Lisboa e a Portugal.

Não é exagero calcular em mil e quinhentas as pessoas que assistiram à homenagem e, no final, cumprimentaram o sr. general França Borges.

*A entrega das estrelas de general*





## O SENADO DA CÂMARA E OS SEUS PRESIDENTES

(CONTINUAÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR)

POR FERREIRA DE ANDRADE

D. JOSÉ RODRIGO DA CÂMARA

CONDE DA RIBEIRA GRANDE

1717-1719

**A** Lisboa de D. João V ia nascer. Pobre, sofrendo os horrores de uma guerra quase permanente, a cidade perdera por completo o seu «facies» de grande metrópole que herdara dos tempos áureos das descobertas. Alargara-se, contudo, crescendo desordenadamente, com o

afluxo constante das suas gentes, a necessidade de novos aglomerados. De quando em quando, como temos aludido, uma certa e bem orientada actividade urbanística emprestava à cidade do Tejo um aspecto diferente. Novos mosteiros e palácios davam aos locais onde se erguiam uma outra «vida». Nos sítios mais aglutinados alargaram-se as portas e os arcos; algumas ruas, em obediência às exigências do trânsito, descongestionaram-se com o sacrifício de várias propriedades; desapareceram certos ressaltos e adros. Como hoje ainda, o Terreiro do Paço e o Rossio, eram os



pontos nevralgicos da vida da urbe. A Rua Nova dos Ferros, as ruas do Ouro e da Prata, as artérias principais, os seus centros comerciais.

Depauperada, a Câmara reconhecia a sua importância para levar a cabo as obras que a salubridade, as necessidades imperiosas do trânsito e o alargamento permanente dos seus bairros nascentes impunham. O Rato, a Esperança, S. Bento, Santa Isabel, Pampulha, Lapa, Santa Apolónia, Anjos, marcam já o desenvolvimento tentacular da cidade, formam uma nova cintura de casario em redor da Lisboa seiscentista.

Mas um novo impulso habitacional surgiria em breve. A cidade que o megassismo de 55 em parte havia de subverter transformar-se-ia numa outra Lisboa. Até lá, porém, sofreria ainda os impulsos desordenados de uma total ausência de planos urbanísticos, mas, ao mesmo tempo, os benefícios de algumas obras de incontestável valor citadino e monumental.

★

1716 é o ano basilar do grande ciclo joanino: em Mafra, o *Magnânimo* lança a primeira pedra para a obra grandiosa do mosteiro dedicado a Santo António; é criado o Patriarcado, e Lisboa, a capital do Reino, dividida em duas, a Lisboa oriental e a Lisboa ocidental.

Clemente XI consubstanciaria o sonho de D. João V, elevando a cidade do Tejo, à alta dignidade de sede patriarcal com todas as honras e prerrogativas inerentes aos príncipes da igreja. A notícia deste acontecimento é dada ao Senado em 24 de Dezembro, por carta do secretário de estado Diogo de Mendonça Corte Real dirigida ao vereador Manuel Vidigal de Morais que, então, servia de presidente, por ter deixado já o cargo o conde de Aveiras. É do teor seguinte (1): «S. Magestade, que Deus guarde, querendo mostrar o muito que estima a graça que S. Santidade fez á real capela, erigindo-a em catedral metropolitana e patriarcal, foi servido resolver que houvessem trez noites de luminarias e repiques nesta cidade, que hão de principiar hoje; e, como os tribunais estão fechados, o participo a V. M.<sup>oe</sup>, como ministro mais antigo do senado, para que logo faça expedir as ordens necessárias.»

E no mesmo dia — 9 de Janeiro de 1717 — em que tomou posse do elevado cargo de patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, D. João V determina que de «1 de Fevereiro em diante, se declare, em todos os papeis e escrituras publicas e particulares, que forem feitas em Lisboa occidental ou oriental».

No entanto, o alvará régio (2) que estabelece a divisão da cidade é de 15 desse mesmo mês. Por constituir um acontecimento de suma importância na vida administrativa de Lisboa aqui o reproduzimos na íntegra, muito embora tenha já sido transcrito em algumas outras obras:

«Eu El Rey faço saber aos que este Alvará virem que havendo respeito á singular graça que o Santo Padre Clemente Papa XI hora na Igreja de Deos Prezidente liberalmente fez a estes meus Reynos, e Senhorios, e muito particularmente a esta minha nobre, e sempre Leal Cidade de Lisboa, erigindo nella e na mesma minha Real Capella huma Bazilica Patriarchal, com Prelado do mesmo titulo, alem de outras honras, graças e poderes de que o dotou; e semelhantem.<sup>10</sup> ao Cabbido da mesma Igreja, fazendo-o singular entre todos os do mundo christão; e por esta cauza devidio o mesmo Santo Padre o antigo Arcebispaço de Lisboa em duas distintas dioceses, e a mesma Antiga Cidade, em duas cidades distintas chamandolhes a huma: Lisboa Oriental, que hade ser regida no espiritual pelo Prelado da Sé antiga; e a outra: Lisboa Occidental que hora começa a reger (do mesmo modo) o novo Prelado da ditta Bazilica; a qual divisão e denominação das d.<sup>as</sup> duas cidades, assim feitas pelo Santo Padre. Eu as approvo, e do meu amplo, e supremo poder as divido, e denomino (do mesmo modo) para sempre; e quero que divididas sejam perpetuamente, posto q̄ das palavras, porque o S.<sup>10</sup> Padre se explica na separação, que dellas faz, se não podesse, ou não devesse entender feita a dicta divizão, ou carecesse de minha approvaçãõ; porq̄ suprimdo a tudo entreponho meu Real poder, e as declaro formalmente divididas huma da outra, e mando, que se distingão pelos titulos de occidental e oriental, que o S.<sup>10</sup> Padre lhes dá para sua separação; conservando a cada huma

(1) *Elementos*, vol. XI, pág. 160.

(2) *Livro 1 de Cons. e Dec. de D. João V*, da Lx. Oc., fl. 98.



dellas todas as honras e privilegios e mais graças, que gozava a antiga cidade, antes de ser dividida, e pelos mesmos respeito e outras muitas, e muito justas cauza, que a isso me movem, para mayor firmeza desta divizão, e perpetua separação de Territorios de huma, e outra cidade; Fuy servido ordenar a todos os meus Tribunaes, juizes, e mais justiaças, e officiaes do meu serviço, que nos papeis que expedirem ou fizerem expedir (assim em particular, como em commum) fação sempre por as dattas com a distincão de Lisboa Occidental, ou Lisboa Oriental, conforme á residencia, q̄, tiverem, ou lugar de onde fizerem as dittas expedições nas duas cidades de Lisboa, q̄ se achão divididas com, os dittos dous titulos, e com as demarcações, que já lhe forão feitas; e porq̄ achandose assim separadas p.<sup>a</sup> sempre as duas Cidades, convem muito á Regencia Temporal, e politica, que cada huma tenha seu distincto Senado da Camara por bem do governo economico de cada huma dellas, e mais effectos das Vereações das cidades, e representação de seus Povos; Hey por bem, e me apraz dividir o mesmo antigo Senado da Camara, q̄ consta de hum Presidente, seis Vereadores, hum Escrivão da Camara, dous Procuradores da Cidade, e quatro Procuradores dos Mesteres della, os q.<sup>tes</sup> todos constituão hum só Corpo; e agora sou servido, que constituão dous distinctos, e formaes Senados da Camara, cada hum com seu distincto Presidente, q̄ lhes nomearei Fidalgo, e com as mais partes de q̄ até aqui o erão, e com o numero de trez vereadores, hum Procurador da Cidade, dous Procuradores dos Mesteres, e hum Escrivão da Camara, p.<sup>a</sup> o q̄ tambem crearei de novo outro lugar de Escrivão, que ha de ter as partes, e gozar de todas as honras, prerogativas, e privilegios, que sempre gozarão, e tiverão os antigos Escrivães da mesma Camara. E cada hum dos d.<sup>os</sup> dous Senados (pelo modo sobredito) fará representação em cada huma das dictas cidades divididas, governando nellas, e isto pela ordem e forma seguinte, a saber: O Presidente, que em primeiro nomear, e os tres vereadores, q̄ hora são mais antigos e hum dos sobredictos Escrivães da Camara, qual delles eu elleger, e o mais antigo Procurador da Cidade, com os dous mais antigos Procuradores dos Mesteres na ordem da sua nomeação; todos juntos representem o Corpo da Camara desta cidade de Lisboa Occidental; e o

Presidente, q̄ eu tambem logo crear, e nomear, e os tres mais modernos Vereadores, que hoje são, é o Escrivão da Camara, q̄ eu elleger dos dous sobred.<sup>os</sup> e o mais moderno Proc.<sup>o</sup> q̄ hoje he da Cid.<sup>o</sup> e os dous mais modernos Proc.<sup>os</sup> dos Mesteres della, representem o Corpo da Camara da Cid.<sup>o</sup> de Lisboa Oriental; e deste modo huns e outros, daqui em diante assim se chamem, intitulem, e destingão; e cada hum dos dictos dous Senados e seus Presidentes, e ministros, gozem sem diminuição todas as honras, e jurisdicções, q̄ até aqui teve sempre o antigo Senado da Camara; e todos elles juntos provejão como de antes, e na forma dos antigos Regimentos e Decretos, nas duas cidades divididas, em tudo q̄ cumprir a meu serviço, e bem commum das Poses, e farão nova Casa de Vereação no lugar mais acomodado desta cidade da Lisboa Occidental, a donde despacharão em tres dias de cada semana todos os sobred.<sup>os</sup> juntos, e os outros tres dias de cada semana despacharão como solhyão na caza antiga de sua Vereação da Cidade de Lisboa oriental; ficando por este modo em seis dias de despacho em cada semana, na forma, em q̄ o fazem os outros meus Tribunaes; e no mesmo dia, em que se juntarem na Caza de Vereação desta Lisboa Oriental, despacharão tambem negocios da Cidade de Lisboa Oriental, e no em q̄ juntarem na Caza da Vereação de Lisboa Oriental, despacharão tambem negocios desta cidade de Lisboa Occidental; e farão executar tudo em ambas as duas divididas Cidades na forma de seus Regimentos, Decretos e Posturas, com tanto, que os autos e as dattas de todas as suas expedições, as fação em nome da Cidade, em cuja Caza da Vereação forem feitos os dittos despachos; e em cada huma das dittas Cazas de Vereação exercitará cada hum dos dittos Presidentes da Camara de Lisboa Occidental nos actos q̄ se fizerem na Caza de sua Vereação; e o Prezid.<sup>o</sup> da Camara da Cid.<sup>o</sup> de Lisboa Oriental na Caza da sua vereação tambem Oriental; achandose sempre ambos juntos em cada huma das dittas cazas. E quanto à preferencia dos lugares entre os d.<sup>os</sup> Presidentes, tanto em huma Caza de vereação, como na outra se observará o que se pratica com os Vedores de minha fazenda; e cada hum dos dittos Escrivães da Camara (por hora) exercitará do mesmo modo o seu officio; e quanto às distribuições dos papeis, e mais negocios entre

os dittos dous Escrivães da Camara, os Senados provirão o q̄ entenderem, e me consultarão para eu determinar o que for servido; e nas funções, em que houver de ser prezente, ou de qualquer modo chamado, e requerido ditto Senado em qualquer das duas Cidades divididas, faça sòmente representação com o Prezidente, tres Vereadores, Escrivão, Proc.<sup>o</sup> da cidade, dous Proc.<sup>tes</sup> dos Mesteres, que todos tiverem o titulo, e denominação da tal cidade, adonde se fazia a função, chamente, notificação, acompanham.<sup>10</sup> ou outra couza semelhante; e serão associados em corpo de Camara, com a metade dos officiaes e mais pessoas, que sempre costumarão acompanhar o d.<sup>o</sup> Tribunal (nos taes actos) em quanto foy hum só; e isto, em quanto eu não mandar tomar nova forma neste modo de acompanhar, em todo, ou em parte: em quanto durarem nesta administração das duas Cidades divididas, os dittos dous Prezidentes, e seis vereadores, pelo modo sobred.<sup>o</sup> haverão em cada hum anno, alem dos Ordenados, que agora levão, cada Prezidente mais duzentos mil reis; e cada hum dos vereadores mais cem mil reis, havido respeito ao trabalho, que lhes cresce em despacharem todos os dias, e tambem à utilidade, que recebem estes Povos na mayor frequencia dos dittos seus despachos; e este tal acrescentamento lhes será pago a cada hum na mesma folha, e pelo mesmo modo q̄ lhes forão até aqui pagos os antigos ordenados, acrescentandolhe esta verba de duzentos mil reis, a cada Prezidente, o de cem mil reis a cada vereador, por ser assim minha mercê: e por esta forma os d.<sup>os</sup> dous divididos Senados regerão as dittas duas cid.<sup>es</sup> divididas, como até aqui o fazião estes mesmos vereadores, antes de os eu separar, e o farão assim, em quanto ou não mandar o contrario, e não fizer total divizão do governo, e rendas das dittas duas cidades; as q.<sup>as</sup> rendas me praz, que fiquem por hora commuas entre os mesmos dous Senados; e se para melhor expediente for necess.<sup>o</sup> multiplicar os mais officiaes e pessoas que servem a cada huma das d.<sup>as</sup> Casaz de Vereação, os dittos dous Prezidentes, e os d.<sup>os</sup> meus dous Senados me consultarão com seus pareceres, para eu rezolver o que mais cumprir a meu serviço; e os d.<sup>os</sup> Prezidentes, vereadores, e mais officiaes servirão seus cargos, cumprindo inteiramente.<sup>10</sup> com as obrigações, q̄ por minhas Ordenações, Regimentos, Decretos, e outras Provizões,

estão ordenadas. E Hey por bem que este meu Alvará valha, e tenha forsa, o vigor como se fosse carta feita em meu nome, e passado por minha Chancelaria, sem embargo da Ordenação do L.<sup>o</sup> 2.<sup>o</sup> n.<sup>o</sup> 39, etc. q̄ contr.<sup>o</sup> dispoem, e este pasará pela minha Chancelaria. Martins Rybeiro da Costa o fez em Lisboa Occidental aos quinze dias do mes de Janeiro de mill sette centos, e desasete annos. B.<sup>m</sup> de Souza Mexias o fiz escrever, e sobscrevi: — Rey.»

★

Em obediência a esta confusa e complicada divizão da cidade, nomeou D. João V por carta de 6 de Fevereiro desse ano (<sup>10</sup>) e pelo tempo de três anos o conde da Ribeira Grande, D. José Rodrigo da Câmara, presidente do Senado de Lisboa Occidental. Por razões que se desconhecem — e estamos em crer que por melindre de preferências e hierarquias — nunca foi designado um presidente para o Senado Oriental.

A vereação, então existente, passou a estar dividida como segue:

*Lisboa Occidental*—Presidente, o conde da Ribeira Grande; *Vereadores*, os desembargadores Manuel Vidigal de Moraes, Jorge Freire de Andrade e Crispim Mascarenhas de Figueiredo; *procurador da cidade*, Francisco Pereira de Viveiros e *procuradores dos Mesteres*, Matias Gomes Arnão e José Costa Braga.

*Lisboa Oriental* — *Vereadores*, os desembargadores Inácio de Moraes Sarmento, Pedro Nunes Guedelha e Nuno da Costa Pimentel; *procurador da cidade*, Cláudio Gorgel do Amaral e *procuradores dos mesteres*, Manuel Garcia e Domingos Ferreira.

★

Como consequência desta incongruente medida houve, como é natural, necessidade de se instalar um dos Senados, visto que o outro continuaria a ocupar os antigos Paços da Câmara, a Santo António da Sé (<sup>10</sup>). E este foi o Senado Oriental.

(<sup>10</sup>) *Livro Carmezim*, fl. 1960.

(<sup>11</sup>) A história da localização das *Casas da Câmara* está feita já no proficiente estudo de Luís Pastor de Macedo e Norberto de Araújo, motivo porque nos imbiremos de tratar nesta local do edificio onde funcionava o Senado.



Para instalações do Senado Ocidental escolheram-se primeiramente no edifício do Hospital Real de Todos os Santos as salas onde funcionava a Casa dos Vinte e Quatro. Passado, porém, pouco tempo, o Senado preferiu mudar-se para as casas dos Mirandas Henriques que ficavam a norte do Rossio (\*). Aqui se reuniam, nas suas sessões de conjunto, os dois Senados.

★

Como dissemos já, nunca foi por D. João V designado presidente algum para o Senado Oriental. Há portanto de reconhecer que o único presidente da cidade era então D. José Rodrigo da Câmara. Fidalgo de grande linhagem, havia já o 2.º conde da Ribeira Grande exercido o alto cargo de governador da Torre de Belém e de deputado da Junta dos Três Estados. Fora também donatário, governador, capitão-general e ouvidor-geral da Ilha de S. Miguel, sua terra natal onde viveu grande parte da sua vida; ocupou ainda o cargo de gentil-homem da câmara do Infante D. Francisco e foi 6.º alcaide-mor do castelo de S. Brás (\*).

★

Uns escassos três anos ocupou o conde da Ribeira Grande a presidência da Câmara de Lisboa, isto é, para sermos precisos, a presidência do Senado Ocidental.

Não nos falam os documentos dos motivos pelos quais não foi este fidalgo reconduzido no seu cargo. E, ainda mais: nada se sabe das razões que levaram D. João V a não nomear durante longos anos presidente para os dois Senados de Lisboa. O facto é bastante estranho; e tanto mais se atendermos ainda à circunstância de Lisboa atravessar uma época de verdadeiro apogeu na grandiosidade e no fausto da sua projecção internacional como

sede do Patriarcado e honras eclesiásticas equivalentes às sumptuosas cerimónias do Vaticano. Mas, fossem quais fossem as razões, uma não teria sido decerto indiferente ao Rei: o receio de, nomeando dois presidentes (e não seria aconselhável continuar somente com presidência do Senado Ocidental), os cargos se entrecrocassem nas prerrogativas inerentes ao desempenho de iguais magistraturas.

★

Curioso é notar que D. José Rodrigo da Câmara não assistiu à primeira cerimónia oficial, a que, por força do cargo tinha de comparecer. Doença de verdade? Primeira desinteligência ou incompatibilidade surgida? Do facto só até nós chegou o texto da consulta feita pelo Senado, em 12 de Fevereiro de 1717, a D. João V (\*). É do teor seguinte:

«Senhor — O Conde da Ribeira Grande, a quem V. Magestade fez mercê do lugar de presidente do Senado da Camara Ocidental, fez agora aviso que se achava impedido com a queixa que lhe sobreveio em uma perna e por esta causa fica uma vara do palio sem quem a leve, por se não achar capaz de assistir amanhã na celebridade da entrada do Il.<sup>mo</sup> e R.<sup>mo</sup> patriarca. . . etc.»

Outro facto a apontar é o dos *avisos* para a comparação do presidente do Senado às procissões terem passado a ser feitos pelo próprio Patriarca e não, como sempre o foram, pelo monarca, ou, em seu nome, pelo Secretário de Estado. Por um destes *avisos* verifica-se, sem dúvida, o tom imperativo usado para com o presidente da Câmara, o que anteriormente só poderia ser feito pelo Rei. A 11 de Abril desse mesmo ano D. Tomás de Almeida participa ao conde da Ribeira Grande a data da procissão de Nossa Senhora da Saúde e, sem atender às altas prerrogativas do Senado, escreve: «Participo a V. Ex.<sup>a</sup> esta noticia, para se sirva de ir com o Senado na forma do estilo. . .».

Mas a intromissão do poder eclesiástico, embora já indirecto, foi mais longe ainda. No mês seguinte o Patriarca consegue do monarca que

(\*) *Casas da Câmara de Lisboa*, Luís Pastor de Macedo e Norberto de Araújo, pág. 64.

(\*) D. José Rodrigo da Câmara, casou, por procuração, com a Princesa D. Constança Emília de Rohan, filha do Príncipe de Soubisse. O casamento foi efectuado no palácio de Luís XIV que, com a Rainha de França, apadrinharam o acto. Quando assumiu o cargo de Presidente da Câmara era já o Conde da Ribeira Grande viúvo, pois sua mulher havia falecido em 1709.

(\*) *Elementos*, etc., vol. XI, pág. 184.



ordene ao Senado a proibição da tradicional feira do Rossio sempre que houvesse «procissão e ladainha» (\*).

Não teriam dado estes e outros factos, que decerto suscitaram o natural protesto do Senado, motivo à suspensão da correspondência emanada do Patriarca, tão copiosa nos dois primeiros meses de 1717? Certo é que depois deste período só muito raramente aparece no arquivo municipal qualquer «nota» ou «aviso» de D. Tomás de Almeida.

A história das relações entre o Patriarcado de Lisboa, nas primeiras décadas da sua existência e os dois Senados da cidade, está, é certo, por fazer. O assunto fica, portanto, em suspenso... Entretanto, diremos somente que surgiram de facto desinteligências entre os dois Senados e o poder eclesiástico. Uma delas foi a deliberação havida pelo Senado Ocidental — movida pelo próprio presidente conde da Ribeira Grande e todos os vereadores — de se absterem de comparecer às procissões enquanto lhes fosse retirada a prerrogativa de se sentarem em cadeiras de espaldar e não em bancos como o cabido havia determinado, e isto em desigualdade do Senado Oriental (\*).

★

A actividade do Senado, pelo seu pelouro de obras, para a construção e arranjo de ruas parara quase por completo. A consulta de 29 de Julho de 1717<sup>(10)</sup> fala-nos ainda do extraordinário esforço administrativo da Câmara presidida por João da Silva Telo, para aludir — embora reconhecendo as obras feitas — a importância então gasta de 84 172\$000 réis nesse período de 1709 a 1714 com as «muitas obras precisas e necessárias» e «todas em utilidade do bem publico desta cidade e seu termos». Dois anos depois<sup>(11)</sup>, a Câmara lamentava-se ainda dos «gravísimos empenhos em que se achava a fazenda do Senado», fazendo sempre justiça à acção do conde de Aveiras.

(\*) *Elementos*, vol. XI, pág. 190.

(\*) *Idem*, vol. XI, pág. 227.

(\*) *Idem*, vol. XI, pág. 203.

(\*) *Idem*, vol. XI, pág. 330.

★

O problema do trânsito — então, como nos nossos tempos — continuava a preocupar o Senado. Não, como hoje, pelo assustador aumento de circulação de veículos, mas muito somente pelas dimensões enormes dos coches que então transitavam nas acanhadas ruas da cidade. Por esta razão, a vereação do Senado Ocidental resolve em 14 de Outubro de 1718<sup>(12)</sup> considerando «o prejuizo que se segue à passagem das carruagens, por causa das sacadas que nas ruas se acham» e porque esses veículos eram «muito mais levantados do que eram antigamente» — que em «todas as obras que de novo se fizerem nestas cidades, ou se reedificarem...» não fossem permitidas «sacadas nas ruas largas senão na altura de dezasseis palmos» e nas artérias estreitas somente se fariam «sacadas recolhidas para dentro de sorte que fiquem iguais com a parede». O mesmo *assento* proibia ainda a construção de degraus e obrigava a colocação nas «janelas ras-teiras das ruas» de «grades de ferro de cachorradas saídas para fora».

Um ano depois a Câmara solicita ao Rei a necessária autorização — visto não ter poder legislativo para o fazer — para «mandar tirar todos os degraus que fizessem embaraço à serventia pública».

★

Foi precisamente neste lapso de tempo, em que o conde da Ribeira Grande presidiu ao Senado, que se realizou em Lisboa a mais imponente procissão do Corpo de Deus. A sua história está feita. Limitemo-nos, pois, a evocar somente esta extraordinária manifestação pública da cidade que atingiu o auge precisamente neste período joanino. Espectáculo primeiramente religioso — escrevemos já<sup>(13)</sup> — depois semi-profano, semi-religioso e, mais tarde, expurgado já de todo o simbolismo *pagão*, a festa religiosa que mais tocava ao sentimentalismo do povo, amante da sua tradição e, ao mesmo tempo, admirador e defensor acérrimo das suas excentricidades, da sua imponência, do fausto e da grandeza do seu conjunto,

(12) *Elementos*, vol. XI, pág. 288.

(13) *A Freguesia de Santa Cruz da Alcaçova, de Lisboa*, pág. 43.

do seu pitoresco e aspectos decorativos, do simbolismo litúrgico e da representação dos homens bons da cidade que, lado a lado das altas figuras dignatárias da Corte, acompanhavam os monarcas através das ruas de Lisboa.

Festa popular e festa da nobreza; festa da igreja e festa oficial de toda a cidade.

Evocar a secular procissão do Corpo de Deus é, assim, rememorar nesta Lisboa que a pouco e pouco esquece as suas tradicionais festas de rua, o mais completo, o mais belo, o mais português e intrinsecamente lisboeta de todos os seus quadros de costumes.

A procissão do *Corpus Christi*, festa litúrgica consagrada ao mistério da Eucaristia, foi instituída pelo Pontífice Urbano IV em sua bula de 11 de Agosto de 1264. Em Portugal, porém, só em pleno reinado do «Bolonhês» ela teve o seu início. Não era, então, ainda o espectáculo que, com o rodar dos tempos, veio a despertar uma aura de prestígio que o tornou sem dúvida, o primeiro espectáculo público da cidade.

Com a criação da *Casa dos Vinte e Quatro*, D. João I empresta-lhe uma nova feição, transforma-o por completo, enriquece-o, dá-lhe uma categoria que até então não tivera; envolve-o de carácter oficial mas rouba-lhe o cunho simplesmente litúrgico.

O pagão, o licencioso, o pitoresco, transmuda-lhe o aspecto que até então o envolvia. A representação dos mesteres, com suas várias insígnias, às danças das colarejas, aos alegres e lascivos sapatoados das curradeiras e das horteloas, às momices e esgares das feiteiras, juntava-se o regozijo, a alegria esfuziante do Povo.

Com D. João III as práticas profanas tinham atingido o auge. Recrudesciam os abusos, o pitoresco, os quadros irreverentes e espectaculares.

A pouco e pouco, porém, certos vislumbres de reminiscências pagãs foram-se diluindo na expressão de verdadeira religiosidade com que se havia revestido o tradicional cortejo.

No reinado de D. João V, criado o patriarcado de Lisboa, a procissão do Corpo de Deus, adquiriu, de facto, nova feição. É purificado de todo o ambiente profano e grotesco. Eliminam-se as esperas de touros, entremezes, justas e cavalladas. Veste-se de grande sumptuosidade, do fausto e da pompa litúrgica dignos da época esplendorosa do *Magnânimo*.

Mil setecentos e dezanove é de facto o ano máximo da secular procissão. Percorreu, como já em 1717, toda a parte baixa da cidade, saindo da Capela Real dos Paços da Ribeira, «pela Companhia, Tanoaria, Calcetaria» indo «buscar a rua dos Ourives do Ouro, Douradores, rua dos Escudeiros, Rocio, de onde» voltava «pela rua das Arcas, por detras da igreja de S. Nicolau, Correaria, Ourives da Prata», e, no fim, «retrocedia pela rua Nova, Arco dos Pregos» e recolhida de novo à patriarcal (Palácio Real).

★

Dois aspectos da procissão do Corpo de Deus merecem, nesta local, uma referência especial: a ornamentação das ruas e a prerrogativa municipal de conduzir a Câmara a segunda vara do púlio. Deste, falaremos mais tarde.

A ornamentação e limpeza das ruas do percurso constituíam uma das obrigações do Senado. Da riqueza das colunatas e janelas dependia o brilhantismo da procissão. Nunca a Câmara descurou este aspecto, antes, procurou sempre e com sacrifício do seu enfraquecido erário que este préstimo religioso atingisse o máximo esplendor.

Sem historiarmos a acção do Senado, ao longo dos anos, neste aspecto da contribuição da Câmara para o brilhantismo da procissão, referir-nos-emos, sòmente, à que foi dada no ano de 1719.

As duas maiores figuras da arquitectura e da pintura de então — João Frederico Ludovice e Vieira Lusitano — foram chamadas pelo Senado para dirigirem as ornamentações da cidade.

«Sua Magestade — lê-se na consulta de 2 de Maio (14) dirigida pelo Secretário de Estado ao conde da Ribeira Grande — tem resoluta se toldem as ruas por onde faz transitio a Procissão do Corpo de Deus desta cidade occidental; e é servido que V. E.<sup>a</sup> disponha e passe as ordens necessarias para esse efeito; e a direcção e forma de como se devem toldar as ruas a há-de dar João Frederico Ludovice. . . »

A Câmara, não podendo de forma alguma suportar tais despesas, reúne extraordinariamente, convocada pelo conde da Ribeira Grande e propõe

(14) *Elementos*, vol. XI, pág. 316.

ao Rei a melhor forma, isto é, a que «menos agravasse o povo», de conseguir a necessária receita. As opiniões divergem. Contra o parecer do presidente e dos vereadores — lançamento de um imposto sobre o vinho — venceu o do procurador dos mestres, um empréstimo de trinta mil cruzados e outro de mais cinquenta mil cruzados, empréstimos estes insignificantes para o total pagamento das despesas.

A Câmara, sem poder solucionar o problema, dilata os pagamentos e, inopinadamente, o seu presidente recebe, em 24 de Outubro, a segunda carta do Secretário de Estado (15): «S. Magestade, que Deus guarde, me ordenou avizasse a V. E.<sup>a</sup> para que o fizesse presente nos Senados, que era servido que se pagasse à gente que trabalhou na obra que se fez por ocasião da procissão do Corpo de Deus, ainda que seja empenhando-se as rendas

actuaes dos Senados, porque os artífices todos os dias de audiência se veem queixar ao mesmo Senhor da dilação do pagamento».

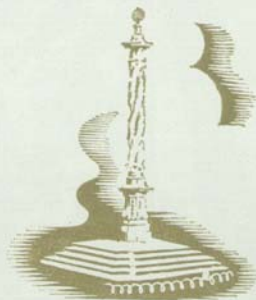
Era angustiosa a situação do Senado. Em várias consultas, a Câmara leva ao conhecimento do poder real o estado depauperíssimo das finanças e impossibilidade de vender mais padrões de juros.

★

Pela leitura da última consulta de 1719 concluímos que o conde da Ribeira Grande abandonou o Senado, ou se afastou temporariamente, antes mesmo de ter atingido — Fevereiro de 1720 — o período de três anos; e julgamos mesmo que o seu afastamento tenha tido relação com a impossibilidade dos pagamentos resultantes da procissão do Corpo de Deus.

Poucos anos sobreviveu D. José Rodrigo da Câmara. Faleceu a 7 de Março de 1724, cinco meses depois de ter morrido seu filho D. Luís.

(15) *Elementos*, vol. XI, pág. 360.







Castelo de S. Jorge

# OS MONUMENTOS DE LISBOA

POR QUADROS FERRO

Não sendo das cidades que maior número de monumentos possui, Lisboa oferece no entanto uma surpreendente panorâmica arquitectónica. Não mencionando já a originalidade urbanística da cidade velha, edificada sobre colinas, aproveitando pontos de vista, construindo miradouros e inventando um cromatismo próprio, harmonizado ao verde pardo do Tejo e ao azul translúcido do céu, podemos distinguir na simples visão dos seus monumentos mais paradigmáticos, uma linha consciente e específica que dá testemunho, não só de toda uma evolução artística, como até da própria evolução da espiritualidade portuguesa no tempo.

Neste sentido, Lisboa é um autêntico microcosmos da Pátria. Nela se representam, com maior ou menor intensidade, todos os estilos artísticos interpretados, adaptados, seleccionados ou criados pelos portugueses. O mesmo é dizer que, assumindo a potencialidade e a actualidade inven-

tiva do movimento lusíada, Lisboa se justifica como verdadeira capital, como *capita*, como cabeça do império transcendente de uma teoria espiritual, ora realizada, ora irrealizada, ora cumprindo-se, ora traíndo-se, mas desde os alvares do século XII, sempre em marcha como corpo vivo em crescimento.

Se o romântico floresceu sobretudo em todo o Norte do País, Lisboa não deixou no entanto de cumprir a sua regra: na *Sé* e em muitos aspectos do *Castelo de S. Jorge*, podemos dialogar com essas formas um pouco rudes, correspondentes à fé simples e forte, combativa e sincera dos homens que fizeram Portugal e afirmaram a sua presença autónoma na Europa de então: Um D. Afonso Henriques e um Sancho I, um Santo António e um Pedro Hispano, um Egas Moniz e um Gonçalo Mendes da Maia.

É de certo modo obscura a origem da *Sé* de Lisboa. Aventando-se embora numa hipotética

precedência pré-cristã e até pré-mourisca, o certo é que data de D. Afonso Henriques a sua construção, pelo menos nos moldes arquitectónicos em que se baseia a traça definitiva do edifício. Sucessivos terramotos e consequentes reedificações foram alterando o românico puro dos primeiros tempos e os aditamentos renascentistas e barrocos dos bispos dos séculos XVII e XVIII não contribuíram para purificar o estilo de origem. Só recentemente, a Sé foi restituída a uma estética românica bem definida. Não sendo dos mais notáveis monumentos do estilo, possui no entanto uma grande dignidade. É um monumento indissolúvelmente ligado à história de Portugal, tendo sido elevado a catedral metropolitana por D. João I em 1393. Sendo Lisboa uma cidade onde os principais estilos do ocidente se encontram representados, a Sé, como o Castelo de S. Jorge, revelam a Sé românica, dos reis conquistadores, com o seu espírito de luta e de cruzada. Quanto ao Castelo de S. Jorge, a sua origem é muito mais remota, pois ao que parece assenta sobre um antigo castro romano. O Castelo foi a principal defesa mourisca e depois cristã de Lisboa durante séculos. Foi D. João I, marido

da princesa inglesa D. Filipa de Lencaestre que, devoto de S. Jorge, assim o baptizou. A fortaleza conserva muito ainda do espírito medieval e dos seus muros contemplam-se os mais belos panoramas de Lisboa. Recentemente, foi colocada numa das suas salas de armas a grande maqueta de Lisboa anterior ao terramoto de 1755, obra única no género, que se deve aos esforços combinados do erudito Matos Sequeira e do modelista Ticiano Violante.

O gótico não atrai nunca a sensibilidade e a inteligência dos portugueses. Mais do que os impedimentos económicos e técnicos que por vezes se apontam, os impedimentos espirituais são basilares; o arquétipo místico e contemplativo, racionalista também na forma, por que um S. Tomás de Aquino interpreta o misticismo, não pertencem à tradição nacional, sempre mais activa, movente, viajeira e relacionada com a natureza. A Batalha é o nosso mais belo monumento gótico; mas a sua inspiração mais fecunda, não pertencerá ao espírito inglês, ao lado inglês deixado entre nós pelo fecundo ensinamento de D. Filipa de Lencaestre? O gótico em Lisboa é a *Igreja e Convento do Carmo*. É sintomático pederia ser o facto de

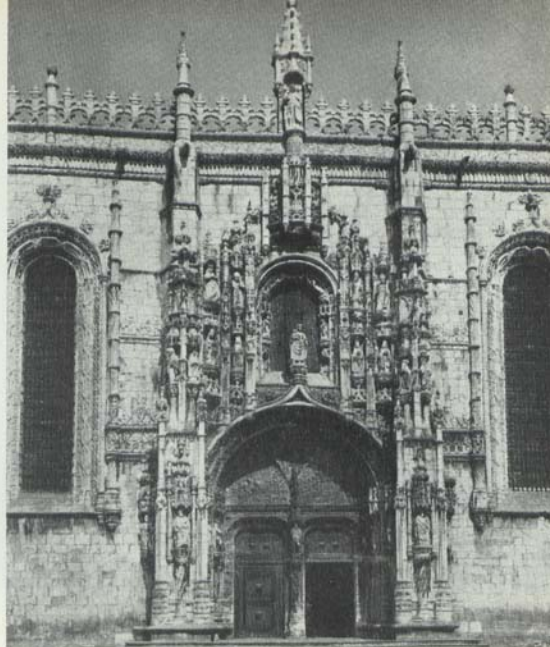




haver sido tão duramente atingido pelo terramoto de 1755, se ainda hoje os fenómenos naturais fossem interpretados em seu simbolismo. O gótico em Lisboa, é pois um monte de ruínas com um interesse unicamente paleográfico.

A igreja teve, no entanto, grande imponência, e seria um dos maiores monumentos de Lisboa, não fora o trágico acontecimento. Foi fundada em 1389 pelo Condestável D. Nuno Álvares Pereira, a cumprimento do voto feito no campo de batalha de Aljubarrota. Os seus arquitectos foram os irmãos Afonso, Gonçalo e Rodrigo Eanes. O Convento ficou concluído em 1423 e nesse mesmo ano nele ingressou Frei Nuno de Santa Maria, que fora o aclamado herói da independência nacional. No que resta do monumento está instalado hoje o valioso Museu Arqueológico de Lisboa.

Sem dúvida, os estilos característicos de Lisboa, até por que são os mais originais e ricos que entre nós se pensaram e se edificaram são os dois barrocos: barroco atlântico, vulgarmente chamado manuelino, do primeiro quartel do século XVI; barroco continental, que erradamente se tem confundido com o barroco propriamente dito, dos séculos XVII e XVIII. Entre os dois, el-rei D. João III, menos fiel ao espírito nacional, pretendeu introduzir uma arte renascentista florescente em Roma. O seu fracasso deriva, não tanto da existência entre nós de escassos monumentos de Renascença, como da falta de originalidade real daqueles que existem. A introdução foi artificial, veio cortar radicalmente a livre expansão de barroco atlântico e demonstrou mais uma vez a força e o carácter



*Porta lateral do Mosteiro dos Jerónimos*

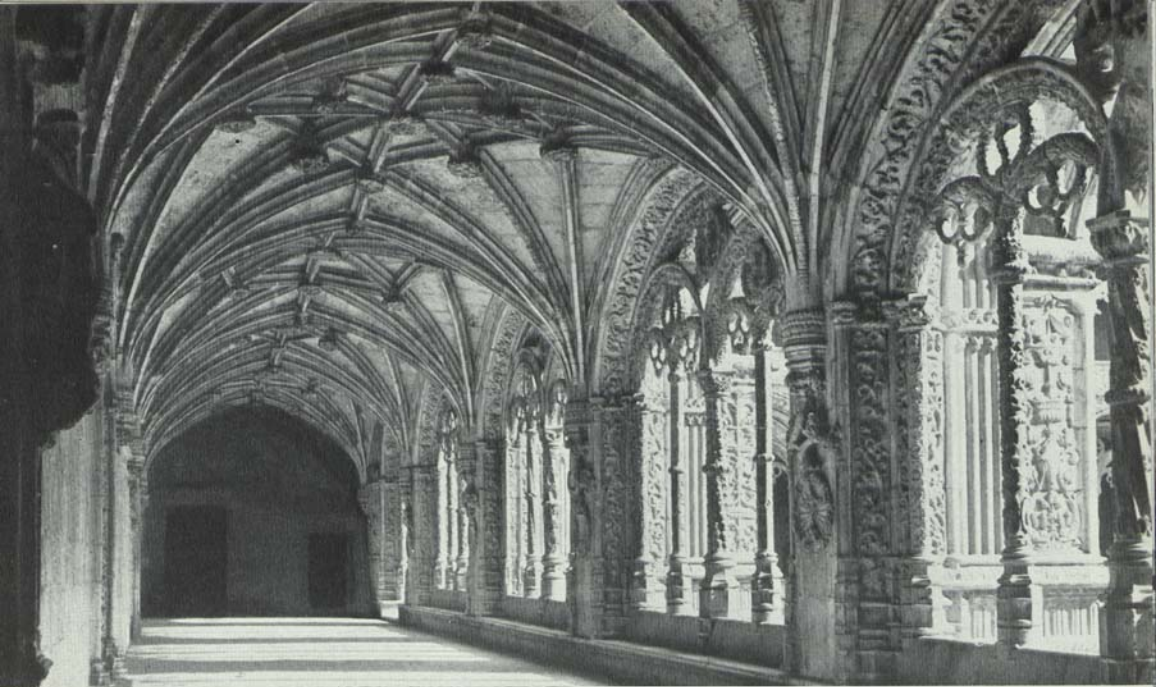
de espiritualidade portuguesa, agora consciencializada, que, tal como não dera acolhimento ao gótico nórdico, se recusou a assimilar o paleografismo erudito dos arquitectos romanos — já que os elementos renascentistas que até nós chegaram não pertenceram às escolas de Florença, Veneza ou Siena, mas tão só à de Roma, de ascendência imperial e de aspiração majestática.

Com efeito, nos anos de transição dos séculos XV para XVI, enquanto Castela dialogava com Paris e Roma, enquanto Roma dialogava com o passado e procurava o requinte formal, enquanto o humanismo renascentista edificava o homem político que Maquiavel teorizara ou o homem esteta que os Médicis haviam propiciado — Portugal entregava-se totalmente ao mar, à inspiração do mar. Daí o ter criado um estilo novo e original, bem diferente do misticismo gótico e do humanismo florentino ou romano: um primeiro barroco, um barroco atlântico, um barroco do mar. A simbólica do estilo assim o diz: movimento de espuma, em portais e janelas; abóbadas em gruta marinha, como nos *Jerónimos*; por todo o lado, cordames, algas, corais, emblemas de navegação, sugestões do Oriente, esferas armilares. Vinte anos apenas durou a floração deste estilo a que Eugénio d'Ors

*Varanda da Torre de Belém*







Clanstro do Mosteiro dos Jerónimos

chamou um *pré-barroco* e Georges Limbour um *barroco manuelino*: durante vinte anos, ele obedeceu à regra nova que D. Manuel I, príncipe esclarecido, determinou em concordância com a mais funda vivência étnica e filosófica do seu povo. O estilo admite aliás variantes regionais, impostas pelos artistas a que se recorre, pela matéria empregada e até por tradições e interpretações a que diversos arquitectos são fiéis. Porém, mesmo entre o barroco atlântico biscainho da província minhota e o barroco atlântico arabizado da terra alentejana, o parentesco fraternal de uma mesma regra iniciática aceite pela corporação dos pedreiros em estreito contacto com a regra dos cavaleiros da Ordem de Cristo, é evidente aos olhos do menos atento.

Lisboa, como não podia deixar de ser é um dos centros mais florescentes do barroco atlântico: nos *Jerónimos*, na *Torre de Belém*, em *Sintra*, na *Conceição Velha*, na *Madre de Deus*, e em outras igrejas menos importantes podemos surpreender uma inspiração plástica e uma regra artística em toda a sua flagrante originalidade, pedra de aventura portuguesa no mundo.

Esta ciência simbólica permitia que os mestres de traça dos Jerónimos, bem como alguns dos principais escultores fossem estrangeiros — como o enigmático Boitaca, João de Castilho, Nicolau Chanterenne ou Diogo de Castilho — mas no entanto viessem aqui realizar uma arte totalmente diferente do renascentismo plástico e humanista dos seus países de origem. O que importa acima de tudo em arte é o efeito, a concepção, a teoria, a visão; tais artistas foram pois sobretudo executores de grande talento, que fizeram escola, mas obedeceram a uma regra superior.

Uma sinfonia de emblemas, alegorias e símbolos dos oceanos, das naus, das terras distantes, do oriente lendário, enfim dos caminhos de gestação de um império, emoldura a gruta marinha que é o interior da igreja, centro espiritual e ponto central da irradiação cosmológica dos lusíadas. A Torre de Belém já se deve inteiramente a um grande artista português, Francisco de Arruda. O estilo atlântico enlaça-se aqui a uma nítida proporção *românica* e ainda a elementos *marroquinos*, já que o arquitecto trabalhou nas fortalezas portuguesas de Safim e Azamor. É um

exemplar único de obra militar arquitectónica, ideada segundo os cânones do mais apurado primor artístico.

No paço de Sintra, mais ainda do que na Torre de Belém, podemos observar o encontro entre o estilo atlântico português e uma forte reminiscência mourisca. Com efeito, o traçado da parte mais antiga do edifício é muçulmano e nas obras do tempo de D. Manuel trabalharam ainda numerosos artífices mouros. Estes factores explicam certo arabismo que aliás, não contradiz as tendências africanas e orientais da vida portuguesa da época.

Um século depois, espanhóis, italianos e alemães retomam a descoberta do barroco atlântico — estilização da natureza e concentração da harmonia naturalista nos portais e janelas — e principia então a grande voga do barroco continental. A grande diferença entre as duas correntes, a portuguesa e a jesuítica, posterior, reside precisamente na perspectiva da natureza. Nesta segunda

fase, os elementos terrestre e sólido sobrepõe-se ao elemento líquido e fluído da epopeia portuguesa. A decoração barroca fala-nos duma natureza do interior: de folhas, de frutos, de penedias, de raízes.

Os arquitectos portugueses deram-se evidentemente a este segundo barroco como a um reencontro e por isso o nosso barroco dos séculos XVII e XVIII é em verdade criação. Queremos dizer que os nossos artistas não se limitaram neste caso a um mimetismo do alheio, porque contribuíram para uma afirmação barroca pela invenção e inclusão de elementos novos e pela interpretação da própria estrutura do estilo segundo coordenada eminentemente portuguesa.

De entre os monumentos lisboetas do barroco continental, muito valorizados por factores típicos como o azulejo, a talha dourada, a ourivesaria, a cerâmica e os portais de frequente atavismo atlântico, distinguiremos as igrejas de Santa Engrácia, de S. Roque, da Estrela, dos Paulistas, da Conceição dos Cardais, de Santa Catarina, da Madre de Deus, de S. Sebastião da Pedreira e de tantas outras, umas mais italianizantes, outras mais características, mas todas com os seus valores próprios. Também os palácios Foz, da Palhavã, das Galveias, ou da Fronteira, particularmente este último, testemunha um barroco laico de profundo e paradigmático alcance com seus jardins, peças de água, azulejos e outros pormenores decorativos, que é prova do requinte máximo a que chegou o bom gosto no barroco nacional.

A transição do barroco para uma actualidade em que a estética vai sendo cada vez mais submergida pela engenharia e pela técnica, é marcada pelo belo palácio de Queluz com toda a sua influência de Versailles e de um geometrizar classicismo francês e principalmente pelo espírito pombalino, que é predominantemente um estilo funcional.

Devemos salientar, entre os principais arquitectos portugueses ou que trabalharam em Portugal nesta época, o italiano Filipe Terzio; e a magnífica geração encabeçada por Baltasar Álvares, de que fizeram parte João Nunes Tinoco, Diogo Marques, Luís Álvares e João Turriano. Mais tarde, em fins do século XVII, distingue-se João Antunes. No século XVIII, com a riqueza do Brasil afluem ao nosso país muitos artistas estrangeiros,

*Estátua de D. José*

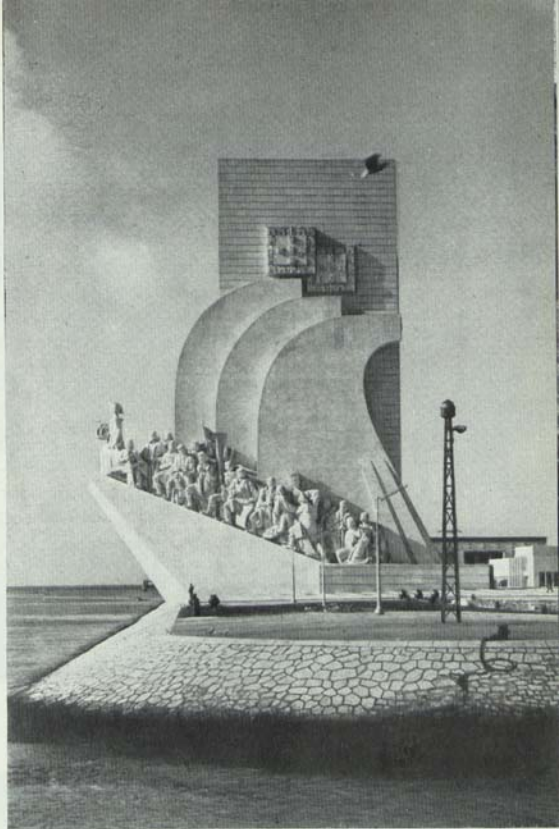




Nazzoni, Solvi, Vantivelli ou Azzolini, o alemão Ludovici, o inglês John Carr ou o húngaro Carlos Mardel. A par destes, citemos os portugueses Sebastião Soares, João Pereira dos Santos, Mateus Vicente de Oliveira, Reinaldo Manuel dos Santos ou Cruz Amarante, com obras em vários pontos no país. No conjunto devemos reconhecer toda esta onda de construções como uma nova fase de vivência portuguesa do cosmos. Por isso, é real e notável a originalidade da interpretação portuguesa do barroco, com larga projecção no Brasil, onde produziu um escultor genial, o famoso Aleijadinho, que povoou o Ouro Preto de estátuas de grande dramatismo.

É ainda a herança barroca que valoriza o pombalino de crise da Baixa lisboeta; as decorações da Praça do Comércio e a estátua de Machado de Castro; frequentes painéis de azulejo; revestimentos de portas e janelas; arabescos dos telhados e das varandas. Entre este período e o actual, os monumentos portugueses não obedecem a uma estética definida, flutuam entre esta e aquela influência, procuram uma síntese perdida; as estátuas de Camões, de Afonso de Albuquerque, do Marquês de Pombal, da Guerra Peninsular e outras, mais modernas e mais modestas, como as de Herculano ou Garrett; os palácios da Assembleia Nacional, do Município de Lisboa e outras construções mais recentes, são monumentos salientes, sem dúvida com valor representativo e arte arquitectónica, mas que nos falam precisamente de uma *procura*.

Na Lisboa moderna se reflecte com efeito um carácter de ensaio que parece definir a nossa época como de transição. Os architectos mais frequentemente chamados a intervir nas obras de tipo monumental ora propendem para tentativas de um classicismo que, sublinha-se, pouco harmoniza com a tradição barroca portuguesa, ora recorrem a elementos arquitectónicos do passado, ora preferem filiar-se numa estética utilitária e funcional, que não está preparada para enfrentar os problemas alegóricos e simbólicos de monumentalidade religiosa ou civil. Do primeiro caso, citaremos como exemplos a igreja de Fátima ou o monumento a Cristo-Rei; do segundo caso, as igrejas do Santo Condestável, de vivência gótica e de S. João de Deus, com a sua chamada simultânea a elementos românicos, góticos e barroco; por último, entre as obras funcionais mais carac-



*Padrão dos Descobrimentos*

terísticas, a Casa da Moeda, das primeiras e porventura a que mais resistiu ao tempo, os blocos habitacionais da Avenida Infante Santo, algumas escolas camarárias ou o recente Hotel Ritz.

Deve acrescentar-se que a cidade soube conservar vivas certas linhas tradicionais da urbanística e da arquitectura de sinal especificamente português; mormente o polieromismo dos novos bairros, o uso de frequentes pormenores decorativos como o azulejo, a concentração plástica em portas e janelas e uma intuição real para o enquadramento de uma arquitectura paisagística, mostram a persistência de uma vivência nacional da arte de edificar. Tais aspectos positivos não alteram, no entanto, a ideia de que a Lisboa moderna vem sendo como que um laboratório de ensaios de que, certamente, não deixará de sair com força e originalidade uma concepção portuguesa e lisboeta



da modernidade arquitectónica. Foram talvez os arquitectos mexicanos e brasileiros que mais acertadamente conciliaram a exigência do actual com a necessidade de uma afirmação nacional correspondente. A Universidade do México, arrojada de linhas mas mergulhando ao mesmo tempo em velhas raízes aztecas, bem como certas construções da fabulosa Brasília, cidade em que o barroquismo brasileiro atinge uma interessante expressão moderna são, pelo menos, exemplos a meditar. A integração do moderno no tradicional não constitui como se viu regresso ao passado, mas tão só uma interpretação genuína e singular da modernidade. Neste pensamento, poderiam os arquitectos jovens portugueses beber a força que por vezes lhes falta, discípulos como são, frequentemente, de mestres de outro espaço e até de outra idade, cujas pisadas seguem com prejuízo de uma afirmação própria. Existe uma tradição portuguesa da arquitectura, como se tem demonstrado em vários trabalhos: é a tradição barroca, cujo início se situa na transição do século xv para o século xvi.

Uma modernidade barroca e lusíada daria sem dúvida aos monumentos novos de Lisboa uma personalidade inconfundível.

Anuncia-se para breve a construção de alguns monumentos que, sem dúvida, vão enriquecer extraordinariamente a capital. Entre outros, o Palácio da Cidade, o Palácio do Ultramar, o Museu da Fundação Gulbenkian e o Ministério da Justiça. Confiamos em que a tradição da monumentalidade portuguesa seja meditada e assumida pelos seus autores. Predomínio da linha curva sobre a linha recta, integração das artes plásticas, sobretudo a escultura na linha arquitectónica, procura de uma simbólica específica, abandono de quaisquer reminiscências das ordens clássica ou gótica assunção do significado especial das portas, janelas e extremidades no conjunto edificado, são, entre outras, presenças de carácter e ineditismo. A monumentalidade lisboeta será tanto mais grandiosa quanto mais nacional for — e o nacional não é um valor do passado, enquanto a nacionalidade portuguesa for uma realidade do presente.

*Torre de Belém*





## *Um recanto do Paraíso em pleno coração de Lisboa*

POR JEAN PIERRE CHABLOZ

TRADUÇÃO DE AUGUSTO PINTO

Lisboa, apesar de ficar na margem direita do Tejo e a trinta quilómetros, pouco mais ou menos, da sua foz, tem de ser considerada, em tudo e por tudo, como se fosse uma cidade da beira-mar. E como se fosse — e como é — além disso, uma grande capital marítima, visto ser a primeira de todas as terras desse longo terraço fronteiro ao Atlântico — desse Portugal marinho, país tão propício a sonhos e aventuras.

Em Lisboa, com efeito cidade embora sagaz e laboriosa, bastante flamenga e, mesmo e em certas

das suas expressões, um tanto ou quanto bernêsa, a ninguém deve causar pasmo que ainda hoje seja possível — e permitido — sonhar. E sonhar, impunemente, sonhos maravilhosos — sonhos com regiões distantes de além-mar, em África, na Ásia e na América do Sul.

É que, por meio do seu Tejo e do Mar-Oceano que o prolonga até paragens infindas, Lisboa alcança, por assim dizer, terras desses três continentes. Já no dobar dos séculos foram esses três mundos contribuindo, pouco a pouco, mas de maneira radical e profunda — e com que temperos



saborosos «condimentada» — para a formação e para a expressão de muitos dos seus aspectos insólitos, muitos dos seus costumes, muitas das suas atitudes. Dessa influência exótica — discreta, se bem o quiserem, mas indiscutível — nos traços fisionómicos de Lisboa e em múltiplas manifestações da sua vida de todos os dias, poder-se-ia fazer, até, um estudo especial. Mas — como costumava dizer o bom Kipling — isso teria de ser «um outro cantar»!...

Duma tal influência, Lisboa dá, no entanto, conta e com amor a manifesta — e, mesmo, em pleno coração da cidade a condensa — num oásis prodigioso de sonho, de refúgio e de remanso, onde o espírito, salutarmente, se liberta e, simultaneamente, se retempera. Quero-me referir a esse esplêndido e misterioso Jardim Coberto, a que, ali, deram o nome paradoxal de «Estufa Fria», «Estufa Fria»?... Porquê? É uma designação, quer-me parecer, um pouco estranha e, como tal, dum significado que pretende ser, talvez, mais poético do que rigoroso.

Situada — sumida, e modestamente, dever-se-ia também e mais bem dizer — nos cimos do

Parque Eduardo VII que, para lá da muito bonita Praça do Marquês de Pombal, prolonga, com grandeza, a Avenida da Liberdade, essa «Estufa Fria» é, dele, o atractivo maior e o seu condigno — embora recitado, repita-se, — coroamento.

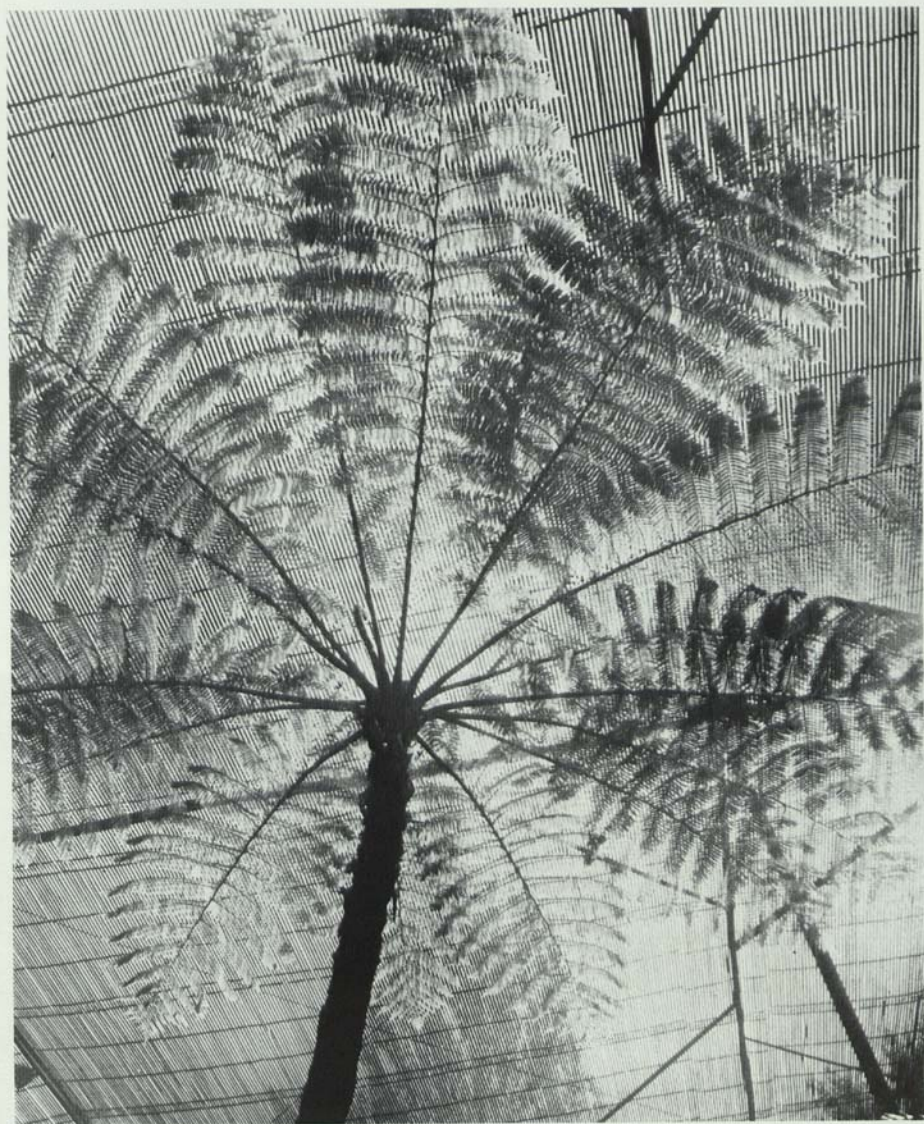
Entra-se nela... Entra-se nela, fazendo um pagamentozinho irrisório de um escudo e cinquenta centavos — menos de vinte e cinco cêntimos suíços! Quando se compare este preço com o de um bilhete (por alguns francos!) de cinema, cinema onde se nos vão «crispar os nervos» ou, nada mais sucedendo, se vão ter apenas duas horas de vago entretém, admissão tão generosa — que vale por um dia inteiro — num Universo de harmonia, de beleza e de paz, é presente sem par. É um presente real, feito com magnanimidade, a quem a visita, por Lisboa, que em muito boa hora concebeu e levou a cabo esta sua assombrosa «Estufa Fria».

Um fenómeno curioso, tantas vezes em nossa vida sentido, ali se dá: ao portal, o visitante, logo possuído de admiração e, até, de respeito e, mesmo, dum certo receio, estaca e, durante alguns segundos, não o transpõe, em razão do

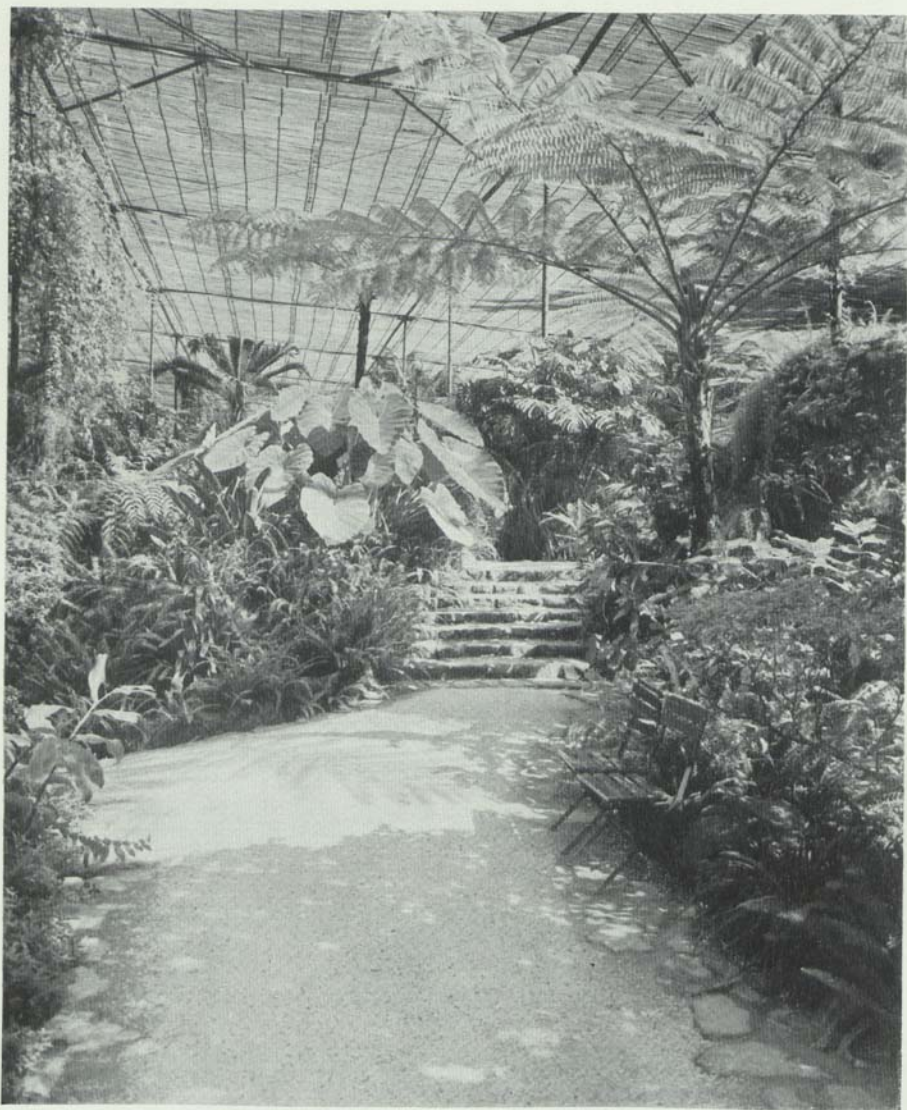
*Depois da inauguração, em 1930, apareceu a «Estufa Fria» com um lindo portal moderno e, em tudo, muito digno dela...*







*Rendas finas e delicadíssimos bordados surgem do consórcio feliz  
das palmas, das palmeiras e das finas faixas dos tectos...*



*Escadas, palmeiras e sombras das suas ramadas colaboram,  
entre si, como grandes artistas que são...*





*Estamos no Congo, no coração da África ou na selva do Amazonas?  
Não. Estamos, simplesmente e só, na «Estufa Fria», de Lisboa!*

*Logo de entrada, a «Estufa Fria» nos impressiona, por toda a  
sua beleza, toda a sua nobreza, toda a sua grandeza...*







*Encantadores arbustos floridos miram-se  
nos espelhos de água dos tanques...*

*Em plano elevado, quase ao nível do tecto, vai uma carreirinha correndo  
em torno de toda a «Estufa», como um «caminho de rodas»...*





mistério e do enleio indizíveis que daquele recinto verdejante se desprendem. Enleio e mistério, aliás, que vão, depois e progressivamente, aumentando, a cada passo andado pelo fascinante jardim.

Banhado por uma estranha luz glauca—penumbra perturbante, de manhãzinha ou quando a tarde morre; fulguração quase tropical, durante o dia, nas horas de maior calor—mergulhado num silêncio rumorejante que, apenas doces murmúrios de água, por aqui e por além, animam, todo um vasto mundo vegetal vos espera, amistoso e confidencial, e sem tardança, vos leva, em arroubos de fantasia, às regiões remotas de onde ele próprio veio: à China e à Coreia, ao Japão, à Austrália, Áfricas, Antilhas, México, Perú, Guatemala e mais terras, assim como essas. Isso me segredaram, por exemplo, o «*Ophiopogon Japonicus*» e o «*Asparagus Crispus*», duas plantas encantadoras da família excelsa das Liliáceas. E uma «*Aisophila Australis*», palmeira insigne e um tudo-nada excêntrica da grei das Ciataceas. E um muito

africano «*Crinum Giganteum*». E uma «*Impatiens Sultani*», flor amável da tribo das Balsâmicas — e essa, quando me falou, longamente, de Zanzibar. Espalhando, em torno, o perfume crioulo, e mais do que estonteante, de todas as suas corolas cor de crepúsculo, um arbusto antilhano e brasileiro, que usa o nome heráldico de «*Brunfelsia Hopeana*» e descende da nobre raça das Solanáceas, lembrou-me langores de Josefina e devaneios do Imperador Dom Pedro. E, então, uma bananeira eufórica, já toda ela carregada de racismos promissores, revelou-me ainda, e por fim, o máximo, quando, muito senhora de si —... «vejam lá de quem falam e como falam!!...!» — me confiou que se chamava «*Musa Paradisiaca*!».

Bananeiras e palmeiras das espécies mais diversas, espargos delicados e fetos arbóreos, grandes árvores tropicais e arbustos odoríferos, flores raras, plantas várias dos mais variados tons de verdura, são outros tantos hóspedes ilustres que vivem ali —

*Todo teto de silêncio e de mistério, num extraordinário mundo vegetal ali vos espera e, ali, será vosso confidente e vosso amigo...*







*...De vez em quando, úmida na verdura, a surpresa e a delicadeza de uma flor...*

e nos melhores termos — e com muitos representantes, e alguns bem vulgares — da aprazível flora metropolitana.

Mantendo o ambiente numa temperatura sem alterações de maior, um sistema engenhoso de paredes e de tectos de ripas fecha este jardim por todos os lados, abriga-o dos calores súbitos e, por vezes, excessivos dos meses estivais e protege-o, ao mesmo tempo e eficazmente, das humidades frias dos meses de Inverno.

Daí, por analogia, o nome de «Estufa Fria» que lhe deram e que, no fundo, é nome, afinal, muito justificável.

Foi o seu plano, também, imaginado e traçado com extraordinária felicidade. Em nada rectilíneo; antes, e pelo contrário, seguindo uma curva harmoniosa que se desdobra, com certa ensanचा,

desde a entrada até ao fundo do jardim, permite ao visitante haver a sensação agradável de que vai, a cada passada, não encontrando, mas descobrindo maravilhas.

Ali, nem asfalto nem piso de saibro. As alamedas, muito simples, muito «ao natural», contornam, de vez em quando, uns tanques silentes, cheios de lótus e nenúfares. Uns atalhos de través, umas veredas serpenteantes, umas escadarias rústicas, grutas e cascatas, e dois ou três pontilhões e, mesmo, um ou dois túneis, dão variedade ao cenário e animação ao passeio. Resultam, de tudo isto, mil e um recantos íntimos, cada um deles tendo o seu cunho particular e todos eles sendo outros tantos refúgios adoráveis de crianças, de namorados, de poetas e de estudantes em vésperas de exames. Em nenhum deles, porém, nunca intervenções da mão do homem ou improvisações

da fantasia de jardineiros foram além de sensatas e de justas medidas. Porque, lá, o que tinha de primar, e primou, e prima — e, de facto, domina tudo, no máximo do seu esplendor — era, foi e é, a grande Natureza Exótica, em toda a sua pujança, liberdade e onnipotência.

Para que se possa bem apreciar a «Estufa Fria» em todo o seu conjunto ou, dela, surpreender, nalguns relances, muitas das suas facetas mais impressionantes, os que a fizeram circundaram-na, em plano bastante elevado, quase a lindar a cobertura, dum corredorsinho estreito e envolvente, um verdadeiro «caminho de ronda». Para ele e de ele, onde quer que se esteja, pode a gente subir e descer, por muitas e miúdas escadinhas. É assim, e a todo o momento, ora ganhando altitude, ora volvendo abaixo, a caminho plano, se podem multiplicar as visões mais sugestivas e sedutoras do recinto.

Foi, em 1910, que a «Estufa Fria», projectada pelo arquitecto e pintor português, Raul Carapinha, se construiu, aproveitando-se para ela — numa primeira versão — a cova duma pedra que havia no sítio. Obra, desde logo, benquista, foi a «Estufa» — como, familiarmente, lhe chamam por Lisboa — ampliada em 1926 e inaugurada, oficialmente, em 1930.

Com duas outras construções modernas — uma entrada condigna e um grande teatro coberto — ainda a completaram e a melhoraram, depois disso. Esse edifício de muito sóbrio estilo arquitectónico e de acentuado gosto artístico ergue-se — última das surpresas que ali temos — ao topo, mesmo, do jardim. Nele, durante o bom tempo de Estio, há concertos e «ballets» e dão-se muitos outros espectáculos culturais, assim como recepções brilhantes em honra de personalidades eminentes, portuguesas e estrangeiras. Nessas ocasiões — nocturnas, com muita frequência — um sis-

*Mais uma, e última, surpresa: um vasto pórtico se alista ao fundo desse jardim encantado...*







*Cá fora, destacando-se maravilhosamente branca, sobre o azul dum céu imaculado, esta Eva parece que saiu por momentos, da «Estufa» paradisíaca, para vir tomar um pouquinho de fresco*



*De muito sóbrio estilo e de muito bom gosto, este pórtico recorta um recinto amplo — com um palco — onde se fazem, frequentemente, festas de arte e de cultura*

tema de projectores colocados em pontos sábia-mente escolhidos, transforma aquele formoso jardim num mundo fantasmagórico, de efeitos surpreendentes. E quando, na frescura do ar muito leve, sobem as harmonias, por exemplo, do «Sonho dum noite de Verão», ou do prelúdio do «Après-midi d'un faune» pode-se bem calcular a que extremos vai o delcrite de quem tal escute.

Rainha incontestada dos jardins e dos parques de Lisboa, a «Estufa Fria» conseguiu, em cinco decénios de existência, alcançar quase o cúmulo da sua perfeição. Conseguiu ser, hoje, no meio do bulício da capital portuguesa, um autêntico, portentoso, pequeno Eden. Daí, como já notámos, a hesitação, misto de receio e de respeito, que tem o visitante, de nela entrar. E a tristeza que, também e sempre, sente (ao findar, bem contra a sua vontade, o sonho estonteante em que por lá andou) quando, à saída, tem a impressão de ser outro Adão, expulso dum Paraíso Reencontrado.



*O presidente da C. M. L. depondo flores no monumento a Camões*

## O DIA DE PORTUGAL

### E AS CELEBRAÇÕES DE SANTO ANTÓNIO NA CIDADE DE LISBOA, DE INICIATIVA MUNICIPAL

As celebrações de 13 de Junho — Dia de Santo António — tão intimamente relacionadas com os fastos históricos de Lisboa — tiveram, este ano, por parte da Câmara Municipal, um programa excepcional, pelo número de solenidades, pela importância das manifestações culturais promovidas e pela utilidade cidadina de várias inaugurações. A data festiva e o dia de véspera foram preenchidos, em grande parte, com o decorrer exaustivo das comemorações, pelas quais Lisboa manifestou interesse particular, muitas vezes assinalado por largas presenças de munícipes.

De salientar que, no caso de Lisboa, a data é evocativa duma figura ligada à cidade e à devoção da sua gente. É que Lisboa não esquece Santo António, nado e criado na Sé. Por isso, o seu culto tornou-se cidadão. E compreende celebrações, por vezes repletas de alegria e expansão populares. Há também as solenidades de iniciativa camarária, essas oferecidas a Lisboa, para benefício ou prazer da população.

Este ano, as comemorações tiveram interesse especial, e delas vamos registar os passos principais.





*Procissão a Santo António*

*Outro aspecto da procissão*



## A INAUGURAÇÃO DO MERCADO NO BAIRRO DO PADRE CRUZ E DE MELHORAMENTOS NO PARQUE DE CAMPISMO

A primeira teve lugar no dia 12 e constou da inauguração, no Bairro do Padre Cruz (Carnide), do mercado recentemente ali concluído.

O sr. general França Borges, presidente do Município, chegou ao local acompanhado pelo vice-presidente, sr. Aníbal David, e foi recebido pela multidão de moradores, que o saudaram com palmas.

Ao ingressar no edifício, foi o presidente da Câmara acolhido com outra ovação, esta dispensada pelas vendedeiras dos 26 lugares do mercado. Encontravam-se ali, representando os moradores, os srs. Artur Gonçalves e Carlos Ferreira, o último dos quais saudou o sr. general França Borges.

O presidente do Município, ao agradecer, afirmou a sua satisfação em realizar melhoramentos como aquele e o do bairro para os habitantes da cidade. Entre palmas, duas pequenitas, em nome dos habitantes e das vendedeiras, ofereceram ramos de flores ao sr. general França Borges que, a seguir, visitou as dependências do mercado.

Este, além dos vinte e seis lugares de venda de produtos hortícolas verdes e secos; ovos, peixe, criação, flores e fruta, com os respectivos anexos para preparação e embalagens, dispõe de nove estabelecimentos de droguaria, capelista, mercearia, talhos de miudezas e carnes verdes; um depósito de leite, carvoaria e vinhos e café-leitaria.

Terminada a visita, foi o mercado franqueado ao público, que o encheu completamente, começando as transacções, enquanto o sr. general França Borges se retirava entre novos aplausos. O presidente da Câmara procedeu, de tarde, à inauguração de duas piscinas — uma para adultos e outra para crianças — no Parque Municipal de Turismo e Campismo, em Monsanto, cujas excelentes condições de localização, arborização e instalações o fazem o melhor da Europa, segundo o testemunho dos visitantes estrangeiros. O encantador Parque Municipal, com capacidade para 10 000 pessoas, constitui, com os Moinhos do Penedo (também chamado «do Alferes») e do «Gaitinhas», e a casa abrigo da mata de S. Domingos de Benfica, um conjunto exclusivamente destinado à recepção dos campistas e turistas nacionais e estrangeiros. Dotado de instalações modelares, que já no ano passado mereceram

*Na inauguração do mercado do Bairro do Padre Cruz*







*Uma campista inaugura a piscina do Parque Municipal de Turismo e Campismo*

referências elogiosas a cerca de 4000 utentes, ficou enriquecido com outros melhoramentos indispensáveis a um funcionamento perfeito. Não será exagero afirmar que o Parque, a partir de agora, ficará a ser o mais completo no aspecto funcional, convidando os campistas, sobretudo os estrangeiros, a demoradas permanências. Além das piscinas inauguradas, o Parque dispõe de balneários de várias espécies, diversos pavilhões de lavagens, numerosos sanitários, edifício de recepção em que está instalada uma estação dos C. T. T., edifício dos serviços gerais, etc. Quando os srs. general França Borges e o vice-presidente chegaram, já ali se encontravam várias personalidades dirigentes de serviços nacionais de turismo e altos funcionários municipais. Após as visitas aos melhoramentos, com exhibições de saltos e natação na piscina de adultos, o vereador Paulo Elisiário fez o elogio da obra promovida pelo presidente da edilidade, a bem de Lisboa e da sua valorização. Expressou idênticas considerações, orientadas, sobretudo, no aspecto turístico, o sr. eng.º Álvaro Roquete, do Secretariado Nacional da Informação. Por fim, o sr. general França Borges pôs em relevo as vantagens da iniciativa, e após historiar a obra promovida no Parque de Campismo, com vista

a proporcionar estadia agradável a turistas estrangeiros, fez rasgado elogio do espírito de colaboração dos funcionários municipais, que representa—afirmou—a justa expressão de unidade e amor pátrio no momento em que a Nação é ofendida, depredada e atacada pelos seus inimigos. Prestou homenagem a todos os servidores da cidade, desde o mais modesto ao funcionário mais destacado, e a todos, em seu nome e no da cidade, agradeceu a conscienciosa e dedicada colaboração.

## O CASAMENTO DAS NOIVAS DA MANHÃ DE SANTO ANTÓNIO

Iniciativa da muita simpatia do povo de Lisboa — lançada em reunião pública municipal pelo antigo vereador Augusto Pinto e logo acarinhada pelo «Diário Popular» — o casamento das noivas de Santo António levou à Sé milhares de pessoas. Com essa cerimónia encantadora, o santo português mais universal da Igreja Romana, padroeiro tradicional de namorados e o mais querido e festejado pelas gentes simples e humildes dos bairros típicos da cidade, pela graça de quarenta e um laços matrimoniais realizados na Sé Patriarcal, recebeu uma tocante homenagem, toda feita de sentimento.

No Parque Eduardo VII, de onde as noivas e suas madrinhas partiram em carros de luxo, cedidos por particulares, por empresas de táxis e até por «stands», reuniram-se centenas de curiosos, que observaram a organização do cortejo nupcial. Pela avenida e ruas da Baixa concentraram-se igualmente muitas pessoas; mas, a partir da Rua da Conceição, até à Sé, a multidão era densa e entusiasta. No adro da Igreja da Sé, os noivos, com os respectivos padrinhos, aguardavam as prometidas. E, à medida que se abriam as portas dos carros, assim se formavam os pares, com as testemunhas, a caminho da igreja.

O cônego Manuel Luís, prior da Sé, e o beneficiado Eugénio dos Santos, em cada nave, procederam à cerimónia de casamento, segundo o novo ritual aprovado recentemente pela Sagrada Congregação dos Ritos, para o nosso país: as palavras do sacerdote pronunciadas em português vernáculo, com um interrogatório e um diálogo, cheios de simbolismo e marcando as responsabilidades assumidas pelos noivos. Após o acto, estes sen-



*O casal goez conversa com o presidente*

taram-se em bancadas cobertas de panos brancos de seda lavrada, colocados no transepto, onde assistiram à missa nupcial. Ao Evangelho o celebrante, cônego Manuel Luís, pronunciou uma homília. O templo estava cheio, e quando a cerimónia terminou repicaram festivamente os sinos. Depois, os quarenta e um novos casais dirigiram-se à Igreja de Santo António da Sé, em cujo altar as noivas depuseram os seus ramos, em homenagem ao Santo casamenteiro.

Findo o cerimonial religioso, o cortejo nupcial dirigiu-se ao restaurante da Casa do Leão, no Castelo de S. Jorge, onde foi oferecido o «copo-d'água» aos noivos, padrinhos e seus pais pelo presidente do Município, sr. general França Borges.

## O II SALÃO DE ARTE E ARTESANATO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS E O MUSEU ANTONIANO

No mesmo dia, e também pela manhã, foi inaugurado, no Palácio Galveias, ao Campo Pequeno, o II Salão de Arte e Artesanato dos Funcionários Municipais, constituído por 206 trabalhos: óleos, guaches, gravuras, aguarelas, obras de artes decorativas e dezenas de fotografias de arte.

Os expositores eram em número de quarenta e três, figurando entre eles os funcionários superiores srs. drs. Henrique Martins Gomes, Filipe

Romeiras, Macedo de Barros e Silva Fernandes; eng.<sup>os</sup> Abreu Nunes, Henriques dos Reis, José Rodrigo e Pulido Garcia; architecto Hélder de Sousa e decorador José Espinho.

De tarde, o sr. general França Borges inaugurou, num velho casarão anexo à Igreja de Santo António, que durante muitos anos serviu de armazém comercial, o Museu Antoniano.

Figuram ali peças doadas das colecções Silva Passos e Pinto de Aguiar. Encontram-se também ali documentos de grande interesse cedidos pelo sr. dr. Júlio Eduardo dos Santos. Há ainda imagens de diferentes épocas, secção bibliográfica, dela constando um precioso exemplar do «Compromisso» e um «Ponto» da irmandade, com capa de prata; peças de faiança; iconografia do santo; seis pendões dos dez que foram encomendados para o Centenário de Santo António — os outros quatro figuraram na procissão que encerrou as festividades — e crucifixos.

Após uma rápida visita, o presidente do Município, usando da palavra, disse saber que a inauguração do museu era uma velha aspiração da direcção dos Serviços Culturais, e, particularmente, de D. Julieta Ferrão, «valorosa figura municipal, que, além de saber de todos os assuntos de arte ligados à vida de Lisboa, possui um entusiasmo e espírito de independência de opiniões que constituem exemplo a seguir».

Últimas palavras: «Santo António de Lisboa, espírito de eleição criado por Deus, neste velho bairro da Sé, enamorado do Tejo e seu maravilhoso estuário, recebe, assim, ainda que modesta, mais uma homenagem da sua terra».

Grande multidão aglomerou-se na área da cidade que rodeia a igreja de Santo António para ver passar a procissão, na qual figura, sempre, a veneranda imagem do santo. Foi logo após o acto inaugural do Museu. O pequeno templo e o «quarto» onde a tradição diz ter nascido Santo António estiveram repletos de fiéis que, desde muito cedo, ali acorreram em peregrinação. A procissão teve a tradicional pompa e luzimento. Sob o pátio, o sr. arcebispo de Mitilene conduzia o relicário; pegaram às varas os srs. presidente e vice-presidente da Câmara Municipal.

A procissão seguiu, por entre alas compactas de povo, o itinerário habitual. No regresso ao templo foi cantado solene «Te Deum», sob a presidência do sr. Arcebispo de Mitilene.

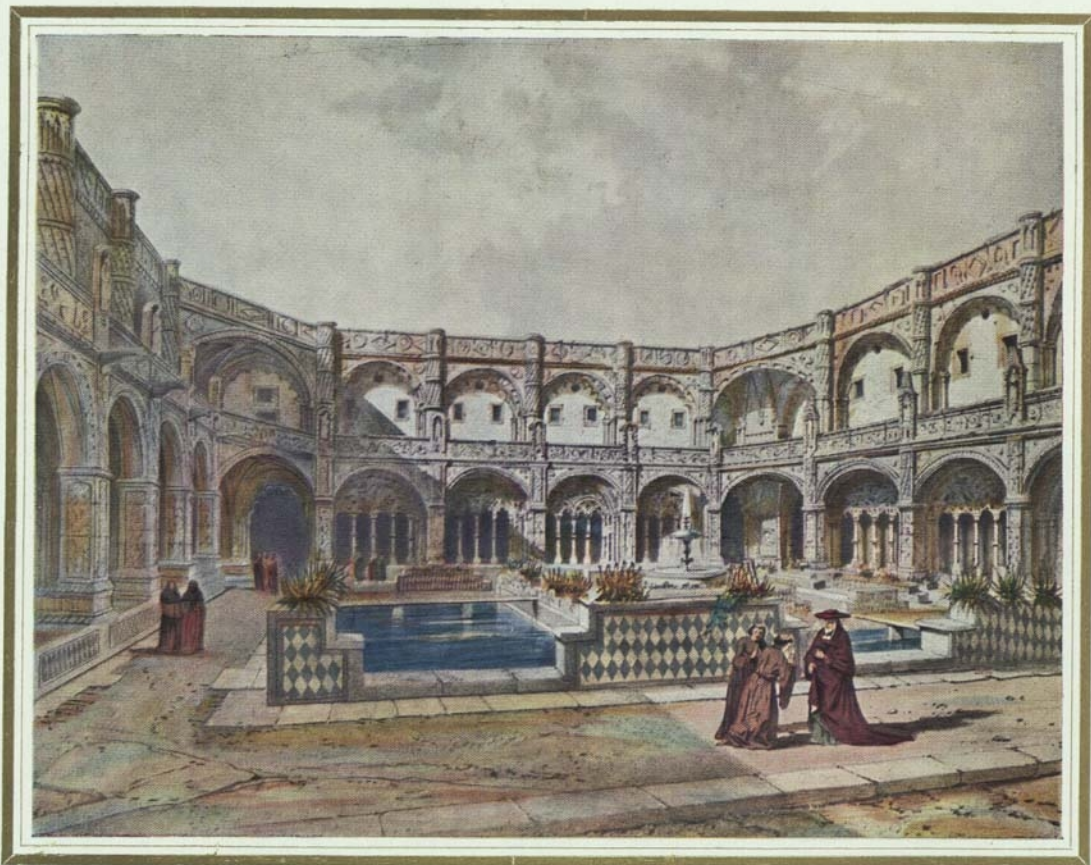




*Inauguração do II Salão de Arte e Artesanato dos Funcionários Municipais, no Palácio Galveias*

*Museu Antoniano, inaugurado no anexo à Igreja de Santo António da Sé*





*W. Barclay des.*

*Eng. Ciceri et Mathieu lith.*

*CLAUSTRO DO CONVENTO DE BELÉM*



# ACONTECE CIMENTOS CITADINOS



OS CUMPRIMENTOS DOS MEMBROS DA DIRECÇÃO DE «OS AMIGOS DE LISBOA», A C. M. L.

VISITA DOS SÓCIOS DE «OS AMIGOS DE LISBOA» AOS PAÇOS DO CONCELHO





A VISITA DE S. EX. O PRESIDENTE DA REPUBLICA  
A EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL  
DE ORNITOLOGIA, NA ESTUFA FRIA



O SR. PRESIDENTE DA C. M. L.  
VISITA A EXPOSIÇÃO  
INTERNACIONAL  
DE ORNITOLOGIA



O SR. DR. SALES GOMES LENDO O SEU  
DISCURSO QUANDO DA DISTRIBUIÇÃO  
DE LEITE PASTEURIZADO AOS ALUNOS  
DA ESCOLA PRIMÁRIA N.º 31  
DA ALAMEDA DAS LINHAS DE TORRES





ENTREGA DE VINTE E DUAS BIBLIOTECAS  
A VINTE ESCOLAS E A DUAS INSTITUIÇÕES  
DE ASSISTENCIA JUVENIL.  
NO PALACIO GALVEIAS

O SR. DR. NORBERTO LOPES, DIRECTOR  
DO «DIÁRIO DE LISBOA» DE QUEM PARTIU A IDEIA  
DO PEDIDO DE CONSTRUÇÃO DO TEATRO  
MUNICIPAL. A C. M. L., DISCURSANDO



O SR. PRESIDENTE CUMPRIMENTA  
A MELIA REY COLAÇO



O SR. PRESIDENTE RESPONDENDO À PETIÇÃO  
DE CONSTRUÇÃO DO TEATRO MUNICIPAL



O DEPUTADO BRASILEIRO  
SR. DR. ANTÔNIO DA SILVA  
DA CUNHA BUENO,  
DE S. PAULO, CONDECORA  
O SR. PRESIDENTE



«COMISSÁRIO DE POLÍCIA», PELO TEATRO POPULAR  
DE LISBOA, NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS

EXPOSIÇÃO DE QUADROS DE MARTIN  
MAQUEDA, NO PALÁCIO GALVEIAS



AS REPRESENTANTES NOS JOGOS INTERNACIONAIS  
PROMOVIDOS PELA SECÇÃO FEMININA  
DA «FEDERATION INTERNATIONALE SPORTIVE  
ET L'ENSEIGNEMENT CATHOLIQUE», QUE FORAM  
APRESENTAR CUMPRIMENTOS À C. M. L.





INAUGURAÇÃO DA XII EXPOSIÇÃO NACIONAL DE FLORICULTURA, NO PAVILHÃO DA FEIRA INTERNACIONAL DE LISBOA



OFERTA DE FLORES NA INAUGURAÇÃO DO MERCADO DO ARCO DO CEGO



ASPECTO DO AGRADECIMENTO DO SR. PRESIDENTE DA C. M. L. AOS CUMPRIMENTOS QUE LHE FORAM APRESENTADOS PELOS PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO EUROPEU SOBRE O DESENVOLVIMENTO E ORGANIZAÇÃO COMUNITARIA



A OFERTA DE DIPLOMA AO SR. VICE-PRESIDENTE, POR UM ESTUDANTE AMERICANO, QUANDO DA APRESENTAÇÃO DE CUMPRIMENTOS

RECEPÇÃO AOS PARTICIPANTES NA III SEMANA DE ENFERMAGEM, NA ESTUFA FRIA

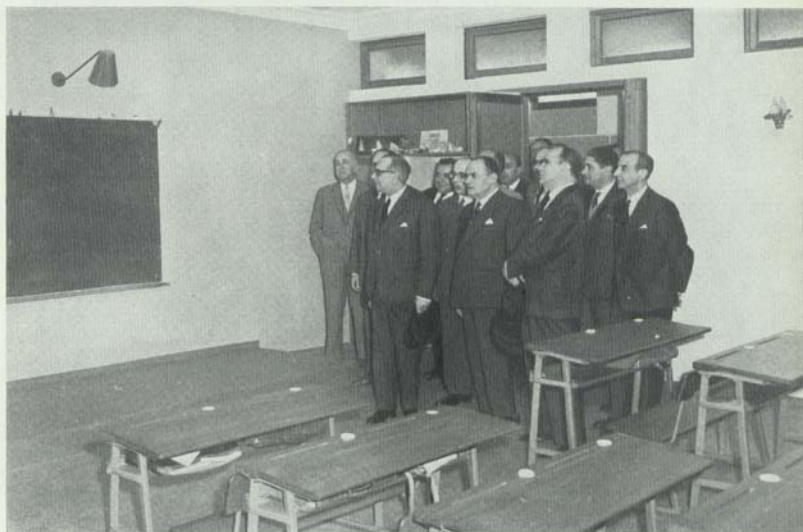




INAUGURAÇÃO  
DO BLOCO ESCOLAR  
DO BAIRRO  
DAS FURNAS



INAUGURAÇÃO  
DO BLOCO ESCOLAR  
DO BAIRRO  
DE SANTA CRUZ



MERENDA EM MONTES  
CLAROS, OFERECIDA  
AOS PARTICIPANTES  
NO CONGRESSO  
INTERNACIONAL  
DE HOTELARIA



NA INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO  
"50 ANOS DA VIDA LISBOETA",  
DE FRANCISCO VALENÇA,  
NO PALÁCIO GALVEIAS



NA CASA DE FRANCISCO VALENÇA,  
O ARTISTA CONTA ALGUNS FACTOS  
ANEDÓTICOS DA SUA VIDA



CUMPRIMENTOS  
DOS COMPONENTES  
DA MISSÃO DE ESTUDOS  
DE ABASTECIMENTOS  
DO MUNICÍPIO  
DE GLASGOW



RECEPÇÃO  
AOS PARTICIPANTES  
NO CONGRESSO  
DO CONSELHO  
INTERNACIONAL DE CAÇA,  
NA ESTUFA FRIA





«PARA LÁ DA MÁSCARA», PELO TEATRO POPULAR DE LISBOA, NA ESTUFA FRIA



GRUPO EXPERIMENTAL DE BALLET, DO CENTRO PORTUGUES DE BAILADO, NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS

O SR. PRESIDENTE AGRADecendo OS CUMPRIMENTOS DO LORD MAYOR DE NOVA ORLEANS JUNTAMENTE COM OS PARTICIPANTES DA 45.ª MISSÃO CULTURAL A PORTUGAL E ESPANHA DO «INTERNATIONAL HOUSE».





O SR. PRESIDENTE AGRADECE  
OS CUMPRIMENTOS  
DOS COMPONENTES  
DO VOO DA SAUDADE, FEITO  
POR INDIVIDUALIDADES  
BRASILEIRAS



ASPECTO PARCIAL DAS BANDAS  
CIVIS DE LISBOA E ARREDORES,  
COM OS SEUS DIRECTORES,  
NO SALÃO NOBRE DA C. M. L.,  
QUANDO DA COLOCAÇÃO  
DAS FITAS NOS ESTANDARTES



SUA EX.A O PRESIDENTE  
DA REPÚBLICA,  
MOMENTOS ANTES  
DO CONCERTO SINFÓNICO  
- LISBOA E A MÚSICA -





CONCERTO SINFÓNICO «LISBOA E A MÚSICA»  
— NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS DURANTE  
A EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL,  
NO CAMAROTE, SUA EX.ª  
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

OS FILIADOS NA ORGANIZAÇÃO  
ESPAÑHOLA «EDUCACION  
Y DESCANSO», EM FÉRIAS  
NO NOSSO PAÍS, APRESENTAM  
CUMPRIMENTOS A C. M. L.



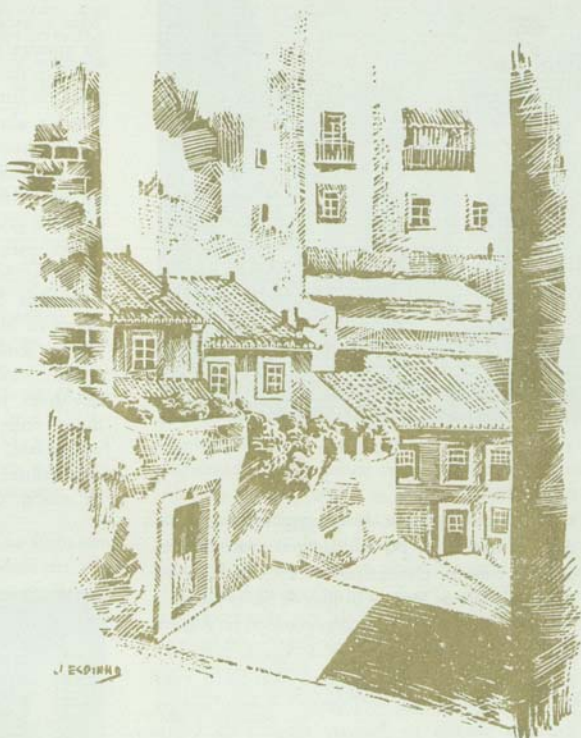
JURAMENTO DE HONRA  
DOS NOVOS SAPADORES BOMBEIROS





# ESCADINHAS DE LISBOA

POR COSTA GARCEZ



No místico recolhimento de uma tarde de Lisboa, quando os campanários das igrejas se estiram aos céus, levando para mais alto, com as grimpas dos seus coruchéus, o som compassado do sino grande, ou o tilintar gracioso das garridas, o sol derrama-se, por sua vez, por um sem número de escadas que, ora ligam ruelas e becos, em suave descer, ora se precipitam por abruptas encostas, numa pressa esgalgada de encurtar caminho.

Essas escadinhas, de degraus, cómodos ou empinados, de largos patamares, deitando sobre telhados, de um vermelho escurecido pelas chuvas sucessivas, para pátios aonde se balouçam, ao vento, cordas carregadas de roupa a corar ao sol, são uma doce magia na imensidão da cidade.

De Xabregas a Pedrouços, de Alfama ao Lumiar, da Madragoa a Benfica, ei-las aí estão, enchendo

a cidade, cantadas numa trova popular, por um poeta anónimo que soletra a custo aquele nome inscrito no cunhal, por sobre o primeiro dagrau, mas que tem, dentro de si, qualquer coisa estranha, que ele nem sabe o que é, que lhe dita, noite e dia, verso após verso, cadenciados como os seus passos ao escoarem-se pela escada, rescendendo harmonia como as ancas daquela varina que com ele se cruza; tristes e alegres como a cor do céu que espreita por entre os beirais, que, quase se tocam, lá no alto.

Nascida há muitos, muitos anos, na colina do Castelo de S. Jorge, descendo, depois, num desfogado crescimento rumo ao Tejo, a cidade, em breve, teve necessidade de conquistar as outras colinas que se estendiam para lá dos seus arrabaldes. E foi até S. Vicente, a Santo André,



*Escadinhas de Santo Estêvão — Alfama*

a Santana, a S. Roque, às Chagas, a Santa Catarina. E não ficou por aí. Galgou mais montes e vales, cresceu, cresceu muito; foi em demanda das velhas hortas, para as bandas de Santa Bárbara, enfiou ao Vale de Chelas, precipitou-se na Ribeira de Alcântara, voltou a subir à Ajuda, perdeu-se de um lado e do outro. Numa ânsia de ir mais além, alcançou o Alto do Duque e chegou mesmo aos ares lavados de Buenos Aires e de Campolide.

Lisboa ficou, assim, uma espécie de presépio, onde mãos caprichosas de criança houvessem semeado, à toa, colinas e outeiros, apertadas gargantas e espaçosos vales, numa complicada topografia que agrada aos sentidos, pelo variado dos seus cambiantes.

Não admira, pois, que, para facilidade de comunicação de toda a cidade, tivessem surgido, com tanta frequência, aqui e ali, as escadas, tão ao gosto dos alfacinhas.

Não admira, também, que o povo cante, nas noites quentes de Junho, quando festeja o Santo da sua devoção, nascido na Sé, em pleno coração da cidade;

Santo António ao ir p'ro Céu  
P'ra não caminhar à toa,  
Utilizou, concerteza,  
Escadinhas de Lisboa!

Mas as escadinhas de Lisboa, não são só o tema da quadra popular. Elas pertencem à paisagem literária da cidade, servindo, quantas vezes, de pano de fundo a uma história simples e singela, como a alma boa da gente que, por elas, sobe e desce, com indiferentes movimentos; ressaltam, não raro, de um quadro, tomando as sombras e as cores, estranhamente ricas, que lhes empresta a paleta poderosa de um artista plástico.

Tema para poetas e tema para pintores!... Eis as escadinhas de Lisboa, a um tempo humildes e austeras; labirinto onde o sonho se passeia, em noites de luar; onde a recordação de uma cidade antiga lembra mouras encantadas, fadistas e severas; onde, a desoras, gatos noctívagos, se assanham, numa fúria de amores mal-correspondidos; onde se adivinham vultos embuçados, de outras eras, espadachins cruzando seus ferros por suas damas, perdidas num gélido pavor por detrás de adufas, quase conventuais...

*Escadinhas de S. Miguel — Alfama*





Escadinhas da cidade, traço de união entre uma Lisboa que não volta mais e uma urbe moderna, que teima em guardar, avaramente, as tradições que a tornaram, um dia, a rainha do Mundo.

★

Pela configuração alcantilada do terreno em que assentam, Alfama e a Mouraria são, sem dúvida, os bairros da cidade que possuem maior número de serventias públicas em forma de escadas.

Porém, quase todos os outros bairros lisboetas se ufanam de possuírem seus laços de escadório que, até na cidade nova, fazem, por vezes, a sua aparição, ao despreocupado passeante.

Começemos, pois, o nosso passeio pelas escadinhas de Alfama, passemos, em seguida, às da Mouraria, demos um salto à Bica e à Madragoa, a Alcântara e ao Bairro Alto e, por fim, passemos por aqueles outros bairros que as possuem, mas sem as tradições das demais.

Aqui, nesta parte da cidade, da Sé ao Caminho de Ferro, à Graça, ao Castelo, à Mouraria e a S. Cristóvão, o casario estende-se numa amálgama deliciosa, confundindo bairros e bairros, num amontoado de ruas e vielas, imenso coração lisboeta, onde o sangue, sempre a girar, se transformasse em milhares de seres humanos que vão e vêm, num labutar constante, sem fim.

É por isso que a nossa digressão se pode iniciar mesmo à esquina da Rua da Padaria com a dos Bacalhoeiros, rumo ao Campo das Cebolas, ao Chafariz de El-Rei, ao Terreiro do Trigo, ao Chafariz de Dentro, ao Caminho de Ferro. . .

Na linha que se acaba de definir começa a cidade a galgar, em suave declive, a montanha para as bandas do norte e, conseqüentemente, surgem logo as escadinhas.

Podemos, no entanto, considerar dois tipos distintos de escadinhas, aquelas que ligam dois pontos diferentes da cidade, servindo, portanto, de serventias públicas e as que dão acesso a meia dúzia de prédios que as ladeiam sem terem, ao invés das outras, a finalidade de encurtarem caminho.

E dito isto creio que podemos começar a nossa caminhada.

Seguindo o nosso prévio itinerário vamos encontrar, ali a dois passos, as Portas do Mar, arco velhinho, vestígio de uma das inserções praticadas na cerca moura da cidade para serventia de quem quisesse sair logo para a praia. Por elas se passa da Rua dos Bacalhoeiros para a das Canastras e, praticamente, no eixo da porta aí estão as escadinhas das Portas do Mar. Dois lanços modestos que não são mais quase do que a escada exterior de três ou quatro prédios de grande porte que ali se erguem.

*Escadinhas das Portas do Mar*



*Escadinhas de Santo Estêvão*



E, mais adiante, surgem-nos outras duas escadilhas que, por estarem encravadas em dois prédios, têm o seu quê de muito pitoresco e muito lisboeta. O Arco da Conceição, ainda na Rua dos Bacalhoeiros e as Escadilhas do Pátio do Marquês do Lavradio que ligam o Campo das Cebolas ao largo onde se ergueram as casas nobres daquele titular.

Mais alguns metros andados e outra serventia pública em escadaria nos aparece: O Arco de Jesus, passagem rápida entre o Campo das Cebolas e a Rua de S. João da Praça.

Antes de passarmos, propriamente, a Alfama, queremos assinalar mais três serventias públicas, existentes à volta da Sé que sobem a montanha em forma de escadaria. O Beco da Caridade, junto à ermida do mesmo nome; o Beco do Quebra-Costas, por detrás dos claustros da Sé e, mais acima, na Rua de S. Mamede aos Caldas, as Escadilhas de S. Crispim, trepando já, a encosta do Castelo.

Neste nosso deambular à toa, pela velha cidade, que desce e sobe encostas e mais encostas, vamos continuar, em direção ao Caminho de Ferro onde topamos com as escadilhas do Azeite de Peixe, à Rua de Santa Apolónia. Mas até lá e partindo do Arco de Jesus, temos, ainda, a Travessa do Chafariz de El-Rei, ligando a Travessa de S. João da Praça à rua cujo nome é o do mesmo santo. E, quase pela mesma altura desta serventia pública, o Beco do Marquês de Angeja, em suave escadaria.

*Escadilhas no Largo de Santo Estêvão*



*Escadilhas de S. Crispim*

Daí desce-se ao Largo do Chafariz de Dentro, donde podemos considerar duas linhas de penetração, uma que segue pela Rua do Jardim do Tabaco e que compreende as escadilhas que dela sobem, rumo à Rua dos Remédios e dela a S. Vicente passando pelo Outeirinho da Amendoeira e Santo Estêvão e outra que, pela Rua da Regueira, liga, pelo Salvador, a S. Tomé e por S. Miguel nos conduz às Portas do Sol. No primeiro sistema consideraremos o Beco do Maquinez, o Beco dos Ramos, as Escadilhas dos Remédios e o Beco do Surra, ligando a velha praça com a Rua dos Remédios e, daí para cima, todo o complicado emaranhado de escadilhas que seguem o caminho do Outeirinho da Amendoeira, já pelo beco do mesmo nome, já pelas Escadilhas de Dona Rosa, já pelo Beco dos Paus, trecho da cidade que vale a pena ver pelo ineditismo que encerra.

Referimo-nos ao Beco dos Paus. O Beco dos Paus começa na Rua do Vigário. Para lá chegarmos podemos utilizar, também, todas as escadilhas que levam à Igreja de Santo Estêvão de que queremos salientar o Beco do Carneiro começando na Rua da Regueira e estendendo-se, numa ânsia de atirar para os céus a igreja que lá no cimo campeia.



Antes de passarmos a S. Miguel convém fixarmos, em Santo Estêvão, a Rua dos Corvos com as suas latadas de parreiras verdejantes e o Beco dos Clérigos. . .

E cá vamos nós em demanda das serventias que, de Alfama, nos levam às Portas do Sol. . . Sigamos por aqui, pelas Escadinhas do Terreiro do Trigo e pelas cómodas escadinhas que circundam a Igreja de S. Miguel, sempre para cima, num subir constante, até à actual Rua de Norberto de Araújo que, acompanhando um trecho da velha cerca moura, nos põe junto do Miradouro de Santa Luzia. Se seguirmos pelo Salvador teremos, apenas, lá no cimo, as Escadinhas de S. Tomé.

★

Claro que nos referimos, apenas, às Escadinhas da Sé, de S. João da Praça e de Alfama de maiores dimensões. Outras ficaram por citar. Esperamos, porém, que o leitor amigo empreenda, por si, uma excursão capaz de desvendar todo o sabor destas serventias públicas que, ora nos atraem para o céu, ora nos conduzem para o interior de apertadas e tortuosas vielas de uma cidade que o é há mais de um milénio.

Estamos, assim, numa linha de cumeadas da cidade definida, mais ou menos, pelo cimo do monte do Castelo, de Santo André, da Graça e de S. Gens.

Urge descer, a caminho da Baixa. . .

É o que vamos tentar fazer, agora. . .

Cá de cima, podemos espraiair as vistas até à Penha de França que desce em declives ora abruptos, ora suaves, para a Morais Soares e para o Almirante Reis. Já na Penha de França topamos com as escadinhas por que termina a Rua do Triângulo Vermelho. E, mais abaixo, ao Bairro de Inglaterra, com as da Rua Cidade de Liverpool.

Direita ao Monte de S. Gens segue a linha de cumeadas, passando por um lanço de escadas ao cimo da Rua Angelina Vidal, para, rente à ermida, vestígio velhinho do cenóbio dos Padres Agostinhos, se atirar pela encosta abaixo em empinados lanços de escadório em direcção à Rua de Damasceno Monteiro. . . Depois, junto à Igreja da Graça é o Caracol da Graça que nos dá serventia com a Rua dos Lagares.

Estamos, praticamente, no Benfornoso, no Intendente e no Almirante Reis se utilizarmos as escadinhas da Travessa da Cruz aos Anjos, ou as Escadinhas das Olarias.

Do Jardim da Graça, descendo pela calçada, estamos na Costa do Castelo. De lá descem à Rua do Marquês de Ponte de Lima, as escadinhas do mesmo nome; ao Largo da Rosa as Escadinhas da Costa do Castelo; à Rua das Farinhas, as Escadinhas da Achada e à Rua da Madalena, as Escadinhas do Chão do Loureiro.

Da Rua do Marquês de Ponte de Lima, para a Mouraria, podemos utilizar as Escadinhas da Saúde. Continuando para S. Cristóvão, ao Largo da Rosa, surgem-nos umas escadinhas plenas de pinturesco, que descem até S. Lourenço e S. Pedro Mártir. No mesmo itinerário temos, agora, as Escadinhas das Farinhas que se vazam num com-

*Escadinhas de Santo Estêvão — Alfama*





*Escadinhas de S. Miguel — Altama*

plicado sistema de escadarias no Largo dos Trigueiros que, por sua vez, chegam até ao Poço do Borratém pelo Beco dos Surradores.

De S. Cristóvão podemos alcançar a Rua da Madalena pelas escadinhas que ficam mesmo em frente da Igreja Paroquial.

E eis que voltámos à Baixa...

Logo aqui podemos ver os lanços de escadas com que termina, quer pelo lado poente, quer pelo do nascente, a Rua de Santa Justa, ou, na Rua Nova do Almada, a Calçada Nova de S. Francisco trepando para a Rua Ivens, em suave escadaria.

★

Quem não quiser ir ao Bairro Alto utilizando o famoso ascensor montado na Rua de Santa Justa pode fazê-lo galgando o Chiado ou subindo, vagarosamente, a escadaria da Calçada do Duque, ou, ainda, a Calçada da Glória, onde, até ao Largo da Oliveirinha, pode utilizar a Travessa do Fala-Só.

Cá no alto, há três ou quatro ruelas em escadarias. No Carmo, por exemplo, as Escadinhas de João de Deus e as Escadinhas da Oliveirinha. Em pleno Bairro Alto, aqui está o Alto do Longo e a Calçada do Tijolo.

Se quisermos sair do Bairro Alto, para as bandas de S. Bento, podemos partir do Jardim França Borges (Patriarcal) a onde se chegou, vindo da Praça da Alegria, portanto da Baixa, pela Travessa da Mãe-d'Água e, nesse caso, podemos, ainda, utilizar as escadinhas da Travessa do Jasmim entre a rua do mesmo nome e a Rua Cecílio de Sousa.

Se formos pelas Cortes há a Travessa da Arrochela, e, finalmente, para atingirmos o Alto de Santa Catarina podemos ir pela Travessa da Portuguesa e pela de Santa Catarina, ambas em escadinhas.

Do Alto de Santa Catarina iremos a caminho de S. Paulo e do Cais do Sodrê, ou pela Bica com as suas escadas, ou pela Rua do Alecrim, onde a Travessa do Alecrim é, também, em degraus que vêm dar à Rua das Flores.





*Escadinhas de S. Cristóvão*



Bem, quem caminha para a parte poente de Lisboa, encontra algumas serventias públicas em forma de escada. Na Madragoa temos, entre a Rua da Esperança e a Calçada do Marquês de Abrantes, a Travessa dos Barbadinhos... Depois, surge-nos a Travessa de Santos, as Escadinhas da Praia, a Rua de S. Domingos e, finalmente, a Rocha do Conde de Óbidos e, logo a seguir a Rua Ribeiro Sanches e a Travessa do Livramento, já em Alcântara.

Aqui podemos utilizar as Escadinhas do Quebra-Costas, as do Rio, as da Senhora de Santana, as dos Terramotos e mais umas tantas que galgam e descem as encostas em que todo o bairro assenta. Ainda mais para o poente, aí estão as Escadinhas de Santo Amaro conduzindo-nos à linda capelinha sobranceira ao Tejo.

Na Ajuda há que mencionar, pelo menos, as Escadinhas do Mirador.



Para a banda oriental da cidade, antes de alcançarmos as nossas, já conhecidas Escadinhas do Azeite de Peixe, a Santa Apolónia, temos um suave declive, em escadaria, ao cimo da Calçada do Cascão, no Campo de Santa Clara e, à Manutenção, as Escadinhas de D. Gastão.



E é a vez de darmos mais uma olhadela pela parte baixa da cidade, compreendida entre os chamados Vales da Avenida e da Rua da Palma e do Almirante Reis.

Em plena Avenida da Liberdade há a Travessa da Horta da Cera ligando-a à Rua do Salitre e, um pouco mais abaixo, a Rua de Santo António da Glória.

Para nascente, a cidade volta a subir para Santana para descer depois ao Almirante Reis.

No Largo de S. Domingos eis que nos surgem as Escadinhas da Barroca. Caminhando pelas Portas de Santo Antão topamos com as Escadinhas de S. Luís da Pena. No Largo da Anun-

*Escadinhas no Largo da Cantina Escolar — Alfama*



ciada, à Calçada do Lavra, as escadinhas que vão dar à Travessa da Cruz do Torel e à Rua de Câmara Pestana... E, além da Rua do Telhal aí estão a Rua da Caridade subindo da Rua Alves Correia à do Passadiço e as escadinhas da Travessa das Parreiras ao empinar-se esta para a Calçada de Santo António.

Descendo para a Rua da Palma, S. Lázaro e Almirante Reis temos a Travessa do Jogo da Pela, as Escadinhas da Porta do Carro e, finalmente, dois ou três lanços de escadório que conduzem ao Regueirão dos Anjos. E, mais para o norte, aí ficam as escadinhas da Rua da Ilha do Pico.

★

Amigos: Já atrás vos disse que neste nosso passeio muitas foram as escadinhas de que não se falou...

No entanto, esta nossa resenha serviu, por certo, para chamar a vossa atenção para essas serventias públicas, tão *alfacinhas*, tão simples e tão típicas, espalhadas à toa, pela cidade, trepando aqui, descendo ali, numa ânsia de encurtar caminho, num desejo sincero de ir mais alto, porque é forçoso subir, subir sempre, pois, a cidade nasceu, como um dia, disse Norberto de Araújo, *pertinho do Céu!*...

*Escadinhas na Rua do Jardim, à Estrela*





## O BUSTO DO CONDE DE SABUGOSA

— ESCRITOR, POETA E HISTORIADOR —



### FOI COLOCADO NO JARDIM DO ALTO DE SANTO AMARO

Entre sombras de árvores frondosas, no lindo e sossegado Jardim do Alto de Santo Amaro, foi colocado o busto do conde de Sabugosa, da autoria do escultor António dos Santos. O escritor, poeta, contista e historiador, na homenagem da Câmara Municipal, que o mesmo é dizer da cidade, foi esculpido com nobreza de traços, traduzindo a personalidade simultaneamente vigorosa e tocada de bondade. Lisboeta insigne, natural de Santo Amaro, onde nasceu e morreu, uma vez evocado para a posteridade, só naquele bairro, com verdade e com justiça — para si, para os seus descendentes ilustres e para os cidadãos —, devia ser perpetuado, a figura patente à curiosidade dos paroquianos e de todos os lisboetas.

A cerimónia inaugural constituiu um acontecimento e fez convergir ao Alto de Santo Amaro numerosas pessoas, que rodearam de provas da maior consideração os descendentes do autor do

«Paço de Sintra». O busto foi descerrado pelo menino António Maria de Melo Silva César e Meneses, trinetto do conde, que retirou do monumento a bandeira negro-branca do Município, enquanto se ouviam os acordes do hino da cidade. Depois, o sr. general França Borges, presidente da Câmara, disse dos motivos da homenagem prestada a quem ilustrou e valorizou a sua geração, pelo exemplo, pelos serviços prestados e, sobretudo, pela obra histórico-literária. E acrescentou:

*«O conde de Sabugosa, António Maria José de Melo César e Meneses, representante de famílias das mais destacadas, durante séculos, na história de Portugal continental e ultramarino, deu, durante toda a sua vida, exemplo de lealdade, de dignidade e de trabalho.*

*Por sua lealdade e dignidade, esteve exilado e esteve preso.*

Por seu trabalho, foi eleito sócio efectivo das mais notáveis academias nacionais e estrangeiras, e recebeu as mais elevadas condecorações. Fez editar obras de Gil Vicente e de Ribeiro Cbiado. Ele próprio escreveu para o teatro e colaborou em numerosos jornais e revistas literárias. Foi historiador, escritor, poeta e contista. Consagrando a última fase da sua vida à ressurreição do passado, legou-nos livros de primorosa concepção e factura, que se enfileiraram entre os primeiros da literatura portuguesa. Tais são o «Piço de Sintra», «Rainha D. Leonor», «Damas de tempos idos», «Gente de Algo», «Neves de Antanho», «Embruchados», «Bobos da Corte», entre muitos. O ter pertencido a essa pleiade de iluminados inconfornistas que se intitulou de «Vencidos da Vida», é só por si um índice do seu carácter e da sua cultura.

A Câmara Municipal de Lisboa fará quanto lhe for possível para praticar a justiça de perpetuar a lembrança daqueles lisboetas que, a qualquer título, foram excepcionais nos serviços prestados à Nação e à Cidade. Agora, salda uma dívida para com o lisboeta conde de Sabugosa, que a todos legou o exemplo duma conduta e uma obra literária que não pode ser ignorada pelas gerações que se sucederem.

Mal de nós se fecharmos, para os pôr de parte, os livros do passado.

Mal de nós se ignorarmos o grau de perfeição atingido pela cultura dos que nos antecederam.

Mal de nós se admitirmos que todo o valor da vida começa connosco para connosco terminar.

Mal de nós se não reconhecermos sem sombra de qualquer dúvida, que somos apenas o elo de uma cadeia, parte mínima de um todo, grão dum aglomerado, e, finalmente, simples degrau duma escada que se dirige ao infinito.

Mal de nós se ignorarmos o vértice atingido pelas obras dos grandes escritores, cientistas, técnicos e políticos.

Existem verdades que, meditadas, geram, por comparação, outras verdades; princípios que originam novas leis, a exemplo duma casa que pode ser o embrião duma cidade. É, ao atentar nelas, que o espírito se aperfeiçoa e a vida colectiva se melhora. Esses espíritos criadores e a sua obra não podem morrer, não se devem deixar morrer.

O conde de Sabugosa viverá, pois, para além da lembrança dos que o conheceram, na história, na literatura nacional e na cidade onde nasceu.

Lisboa, afincadamente, vai implantando nas suas ruas, praças e jardins, os bustos e as lápides, que constituem o reconhecimento público que é devido ao valor da inteligência, da cultura, da generosidade, do carácter e do trabalho.

A Câmara Municipal sente que foi bem escolhido este local para o conde de Sabugosa estar perto desse Palácio dos Césares, que, desde o século XVI, esteve sempre na posse da mesma família, que foi a sua; próximo dessa casa onde viveu e sofreu, a dois passos da sua mesa de trabalho. Confiar-se este monumento público da autoria do grande escultor António dos Santos, à guarda e respeito da população de Santo Amaro, usana decerto, por contar entre os seus naturais, um dos mais altos valores da vida intelectual portuguesa. O conde de Sabugosa, como todos os «Vencidos da Vida», foi um «vencedor da vida», pois os seus méritos perpetuaram o seu nome, para além da sua morte.

Continuará vivendo: como historiador e escritor, nas páginas da História da Literatura Portuguesa; como filho, marido, pai e amigo, nas recordações da sua casa de Santo Amaro; como lisboeta ilustre, na singeleza deste monumento».

A cerimónia terminou com a assinatura do auto da inauguração.

O presidente proferindo o seu discurso







*Um aspecto do Te-Deum na Sé*

## AS CELEBRAÇÕES DO DIA DE S. VICENTE PADROEIRO DE LISBOA

**A** obra e a figura de S. Vicente desde tempos imemoriais alcançaram grande prestígio, e Lisboa, que tem o mártir por patrono, continua a dedicar-lhe especial devoção.

Em 22 de Janeiro, ao ser comemorado pela Igreja o dia de S. Vicente, o povo da capital afluíu à Sé Patriarcal, onde foi assinalada a efeméride com missa solene de pontifical. À semelhança dos anos anteriores, associou-se também à cerimónia o Município de Lisboa.

O sr. Cardeal-Patriarca, ao chegar ao templo, foi recebido pelo cabido, irmandade do Santíssimo e outras personalidades. Deslocou-se processionalmente para o altar principal, onde presidiu a um pontifical de assistência, oficiado pelo rev. padre José Amaro Teixeira.

O vetusto templo oferecia o aspecto de austera beleza peculiar às grandes solenidades. Números vasos com palmeiras, avencas e outras plantas rodeavam as colunas e engalanavam os altares e capelas, guarnecidos de ricos e vistosos panejamentos bordados a ouro.

No transepto, tomaram lugares especiais o presidente, vice-presidente da Câmara Municipal e vereadores, bem como chefes de serviço e outros funcionários superiores da edilidade. Ali também

se encontrava a irmandade do Santíssimo, componentes de vários organismos e associações religiosas e outras individualidades. Copioso número de fiéis, das mais diversas categorias sociais, enchia literalmente as naves.

Na capela-mor via-se em posição de especial relevo o sr. D. Manuel dos Santos Rocha, arcebispo de Mitilene, estando os cadeirais ocupados pelos cônegos beneficiados da Sé, pela maioria dos párocos de Lisboa, por elementos de várias ordens religiosas, clero não paroquial e seminaristas. Do lado do Evangelho, nos degraus do altar, devidamente escoltada por funcionários com vestimentas especiais, erguia-se a bandeira da cidade, com os laços da Torre e Espada.

As cerimónias, dirigidas pelo rev. cônego dr. Honorato Monteiro e beneficiado Eugénio dos Santos, foram acompanhadas pelo grupo da «Schola Cantorum», do seminário maior patriarcal de Cristo-Rei, dos Olivais.

Na altura da Elevação, um terno de clarins do Batalhão de Sapadores Bombeiros tocou a marcha de continência. Pouco depois, ao chegar o momento da comunhão, muitos fiéis receberam a sagrada partícula.



*O Presidente depondo um ramo de flores junto da relíquia*

No final da missa, com o ritual adequado, o sr. D. Manuel Gonçalves Cerejeira sentou-se no faldistório, de frente para o público, para receber o relicário do padroeiro de Lisboa, que estivera, no decurso do santo sacrifício, sobre o altar, junto ao crucifixo.

O ilustre antistite beijou, então, os sagrados despojos, dando-os em seguida, a oscular aos cônegos, beneficiados, clero paroquial e não paroquial, seminaristas, meninos do coro e irmandade do Santíssimo.

Seguidamente, o sr. Cardeal-Patriarca fez a entrega do escrínio ao prior da Sé, sr. cônego Manuel Luís, o qual o conduziu em luzido cortejo para a capela de S. Vicente, que se encontrava também iluminada por candelabros e luz indirecta, e revestida de esplendorosas ornamentações e laureis. Aquele sacerdote depositou-o no altar, sob a imagem de S. Vicente, após o que o sr. general França Borges colocou numa salva de prata um ramo de cravos vermelhos e de avenças, preso por fitas de seda com as cores da cidade de Lisboa.

Por último, os componentes da Câmara foram ao camarim particular do sr. Cardeal-Patriarca apresentar-lhe saudações.

*O Sr. Cardeal Patriarca dirigindo-se ao altar*







## A EXPOSIÇÃO CAMARÁRIA NA FEIRA POPULAR DE LISBOA

### FOCANDO AS CONDIÇÕES TURÍSTICAS DA CIDADE E ARREDORES

**R**ealmente, Lisboa gostou de ver Lisboa, de admirar a cidade para além do dia-a-dia, naquilo que possui de pitoresco, em tudo — e tanto é — que a torna maravilhosa e com força de atracção turística. Este o plano da exposição municipal patente na Feira Popular, logo no primeiro dia de funcionamento do recinto. O interesse pelo repositório apresentado pelos Serviços Culturais camarários ultrapassou as expectativas mais lisonjeiras e traduziu-se por milhares de visitantes, muitas vezes esperando em «bichas» o momento de ingresso. Foi assim na noite de 1 de Junho, mal terminado o acto inaugural, com a presença do sr. general França Borges, presidente do Município, do sr. Aníbal David, vice-presidente, e de outras altas personalidades. Foi assim nas noites seguintes e nas demais, até ao encerramento da Feira.

A legenda dominante derivava da apresentação de variado repositório fotográfico e de arranjos conduzindo à evidência das condições turísticas

excepcionais da capital. Dístico de verdade gritante, devido ao talento do artista José Espinho, a quem se ficou a dever a orientação plástica do conjunto. À frente dos colaboradores executantes é justo salientar Leonildo Dias, um dos valores da arte difícil de mostrar com gosto e ordenação, e Salvador Fernandes, mestre-fotógrafo que soube transmitir verdade e a beleza própria às fotomontagens, aos «clichés» coloridos, aos verdadeiros painéis de transparências retratando a cidade das colinas e dos miradouros.

Com Leonildo — um nome que se impõe — e com Salvador Fernandes, outro artista de muito mérito, e como estes interpretando fielmente os diapositivos projectados na realização feliz de José Espinho, trabalharam Horácio Dias e Carlos Alberto, novos de qualidades comprovadas.

Lisboa turística era o fulcro da Exposição. O acidentado topográfico, cada colina oferecendo ao visitante pontos de observação, o Tejo à vista, o casario estendido — eis um motivo de permanente curiosidade para o estrangeiro.

E mais: a cidade de outros tempos — como foi e porque foi aqui um recanto, ali um pormenor que venceu o tempo e teimou em ficar, aparecia em imagens cativantes. Eram os Jerónimos, monumento evocativo dos Descobrimentos, a Torre de Belém, de pedra lioz, a falar da Epopeia, o Castelo de S. Jorge, com a força dum compêndio de História.

Notas sugestivas da cidade verde, airosa, na graça dos jardins e dos arvoredos: a urbanística dos bairros novos, prédios recortados por entre a alegria de arbustos e renques floridos, e o luxuriante surpreendente do imenso Parque Florestal de Monsanto.

Lisboa aparecia com aqueles e outros atributos, como o dos miradoiros. Poucas cidades da Europa terão tantos como Lisboa, dispostos em pontos convenientes. São janelas abertas voltadas para o rio e para a urbe, de onde as pessoas se debruçam sobre os panoramas ribeirinhos, sobre a teoria dos telhados, sobre a vida palpitante da capital. O do Castelo de S. Jorge e o de Santa Luzia dominam igualmente o Tejo e Lisboa. Monte da Ajuda, Penha de França, Senhora do Monte, Graça, S. Pedro de Alcântara e Santa Catarina completam a rede de miradoiros. Frequentá-los, em ronda vagarosa, equivale a desvendar a cidade, na largueza, na intimidade quotidiana, nos aspectos típicos de que é tão generosa.

Alfama — da Lisboa Antiga — Alfama é como um livro de pitoresco — becos estreitos sobre que se debruçam varandas e se precipitam escadarias. Arcos e postigos, recantos de jeito arcaico, casas de empenas em bico, balcões de grades ou balaústres — isto e muito mais, sempre no estilo a que a falam «típico» se ajusta na perfeição, enche o bairro de lés a lés. O bairro, que remonta ao tempo dos visigodos, foi árabe e romano, sempre encostado ao Castelo, e por ele protegido. Actualmente, ostenta, nos seus pormenores, indiscutível amálgama de sobrevivências urbanísticas, religiosas e pitorescas.

Estes alguns apontamentos da exposição maravilhosa, rematada pelos arredores da capital, de que reproduzimos, em nota final os dizeres elucidativos:

«Rio, mar, campo e serra — quatro atractivos essenciais no turismo — ficam, por assim dizer, paredes meias com Lisboa. O Tejo é da cidade e corre para além da cidade, à procura do oceano, soberbo de plenitude, vinte quilómetros para lá da capital. Há praias nos arredores — Carcavelos, Estoril, Cascais, Guincho, das Maças e outras, na ordem das dezenas. Atravessado o rio, mais areais e sempre o Atlântico ficam a escasso tempo de automóvel. Ao procurá-las, o visitante encontra localidades pitorescas e famosas.»





# EDIÇÕES MUNICIPAIS DE PROPAGANDA E TURISMO

ALBUM DE POSTAIS COLORIDOS: «CAIS E RIO», «CASTELO DE S. JORGE», «ESTUFA FRIA», «JARDINS DE LISBOA», «LISBOA MODERNA», «LISBOA PITORESCA», «MIRADOUROS DE LISBOA», «MUSEU DA CIDADE» E «PARQUE FLORESTAL DE MONSANTO»

ANAIIS DO MUNICIPIO

ARCOS DE LISBOA  
GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

ESCULTURAS DE LISBOA  
FERNANDO CASTELO-BRANCO

IGREJAS DE LISBOA  
MATOS SEQUEIRA

JANELAS DE LISBOA  
MANUEL VAZ FERREIRA DE ANDRADE

LISBOA  
LUIS TEIXEIRA

MUSEUS DE LISBOA  
FERNANDO CASTELO-BRANCO

POSTAIS «COSTUMES DE LISBOA»  
DESENHOS DE LINO ANTONIO

REVISTA MUNICIPAL

NO PRELO:

CHAFARIZES DE LISBOA  
LUIS CHAVES

GUIA TURISTICO DE LISBOA

O CASTELO DE S. JORGE  
COSTA GARCEZ

PORTAS E BRASOES DE LISBOA  
LUIS FERROS PONCE DE LEAO



*Composto e impresso  
nas Oficinas Gráficas da Câmara Municipal de Lisboa*



*PREÇARIO DA REVISTA:*

Preço avulso . . . . .	12\$50
Números duplos . . . . .	20\$00
Assinatura (por cada série de 4 números) . . . . .	40\$00

*DEPOSITARIO GERAL:*

Grupo «Amigos de Lisboa» — Largo Trindade Coelho, n.º 9, 1.º  
Telefone 32 57 11

*CORRESPONDENCIA:*

Secção de Propaganda e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa  
Praça do Município — Telefone 36 29 51

